

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO  
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS**

Douglas de Castro Carneiro

**A autorepresentação da elite imperial  
no *De Re Rustica*, de Columella**

Mariana  
2014

Douglas de Castro Carneiro

**A autorepresentação da elite imperial  
no *De Re Rustica*, de Columella**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em História por Douglas de Castro Carneiro. Área de concentração: Poder e Linguagens. Orientador: Prof. Dr. Fábio Duarte Joly

Mariana  
2014

C289a Carneiro, Douglas de Castro.

A Auto Representação da Elite Imperial no De Re Rustica de Columella [manuscrito] / Douglas de Castro Carneiro – 2014.

84f Orientador Dr. Fábio Duarte Joly

Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Ouro Preto. Instituto de Ciências Humanas e Sociais – Programa de Pós Graduação em História.

Área de concentração: História Antiga.

1. Roma – condições econômicas 2. Imperadores 3. Roma – História I. Universidade Federal de Ouro Preto. II.Título.

CDU: 94(37)

Catálogo: [sisbin@sisbin.ufop.br](mailto:sisbin@sisbin.ufop.br)



**Douglas de Castro Carneiro**

" A autorepresentação da elite imperial no De Re Rustica, de Columella "

Dissertação apresentada ao programa de Pós-graduação em História da UFOP como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em História. Aprovada pela Comissão Examinadora abaixo assinada.

**Prof. Dr. Orientador Fábio Duarte Joly**  
Departamento de História/UFOP

**Prof. Dr. Fábio Faversani**  
Departamento de História/ UFOP

**Prof. Dr. Deivid Valério Gaia**  
UFPEL

Para José Walter e Lêda, com  
todo o meu carinho.

## AGRADECIMENTOS

Gostaria de iniciar os meus agradecimentos primeiramente a Deus, que possibilitou a realização deste sonho. Agradeço aos meus pais José Walter Pedroza Carneiro e Lêda Maria de Castro Carneiro pelo apoio incomensurável por este afastamento de aproximadamente dois anos longe de casa em que vocês me deram todo o apoio necessário. Gostaria de lembrar de minha irmã Michelle de Castro Carneiro que sempre me acompanhou em minha jornada e nunca deixou me desanimar. Aos meus familiares que estão no Estado do Rio de Janeiro: Ana Cristina, tia Nem, tio Fernando, Adauto, Fernanda, Vanessa, Marília Natália. Àqueles que se encontram no Espírito Santo – Eliana, Ronaldo, Bruno Glauceli – meu muito obrigado. Aos que se encontram em São Bernardo do Campo Zé Antônio, Dora, Alex e Sérgio. Àqueles que se encontram em Viçosa – tia Ritinha, Soninha, Paulinho, Marquinhos – vocês são muito importantes para mim. Aos amigos de Maringá, pastora Iolanda, pastor Toninho, pastor Beto, obrigado pelas orações e cobertura em todo esse tempo. Vitorina, Gelta, Rosita, Soninha, Aneliz, obrigado pela amizade que possuem com minha família e por todos estes anos. Ao amigo da comunidade evangélica de Maringá, Gabriel, obrigado por estar presente quando precisei.

No âmbito institucional, gostaria de destacar o apreço ao Instituto de Ciências Humanas e Sociais da Universidade Federal de Ouro Preto, meu local de estudos por dois anos. Gostaria de agradecer, em primeiro lugar, ao professor Dr. Fábio Duarte Joly, que orientou minha pesquisa com muita paciência e me indicou os melhores caminhos para que eu conseguisse os melhores resultados. Ao professor Dr. Fábio Faversoni por ter aceito participar de minha banca tanto na qualificação quanto na defesa, obrigado por todas as lições. Ao professor Dr. Celso Taveira pelas excelentes sugestões na qualificação. Ao professor Dr. Deivid Valério Gaia com quem tive a oportunidade de estudar na cidade de Maringá ao longo de três anos no curso de História na Universidade Estadual de Maringá. À professora Dra. Renata Lopes Biazotto Venturini (DHI-UEM), pelas primeiras lições de História Antiga, meu muito obrigado.

Aos professores Dr. Marco Antônio Silveira pelas valiosas lições em suas aulas; ao professor Dr. Sérgio Ricardo da Mata pelas inúmeras referências que me passou sobre Max Weber; à professora Dra. Virgínia Buarque pelas inúmeras referências teóricas para aprofundar minhas leituras sobre História da historiografia e Teoria da história. Meu universo intelectual que, até certo tempo, era tão pequeno, graças a estes professores pude dar mais um passo na busca do conhecimento histórico. Aos amigos e colegas do Laboratório de Estudos sobre o Império Romano: o professor Dr. Alexandre Agnolon pelas lições de latim que enriqueceram não somente a minha pesquisa, mas o meu universo particular; Caroline Morato, Daniela Barbosa, João Victor Lanna, Giovanni Duarte, Lucas A. de Souza, Mamede Queiroz Dias, Prema Hari, Thiago Paschoal e Willian Mancini, muito obrigado por todas as lições que guardarei para o resto dos meus dias. Aos amigos que fiz e conquistei não somente em Mariana, mas em outros lugares deste Brasil fora que dividem o mesmo amor pelos estudos históricos: Obrigado ao amigo Felipe Godoi, pela disposição e amizade e por ter me indicado uma moradia na qual passei dois anos; ao amigo Lucas Souza pelo diálogo sempre aberto; Marcelle Braga, Amanda Rezende, Rodrigo Cordeiro, José Ernesto Moura Knust (atualmente doutorando na Universidade Federal Fluminense), obrigado por todas as referências bibliográficas; ao professor Dr. Alex Degan obrigado por todo o aprendizado; ao professor Msc. Fábio Morales por todo o diálogo; ao professor Msc Neemias Oliveira e ao professor Dr. Alexandre Galvão Carvalho, agradeço pelo envio de bibliografias que foram importantes para o desenvolvimento da pesquisa; ao professor Dr. Miguel Palmeira pelo envio de artigos que foram tão importantes e ao professor Dr. Norberto Luiz Guarinello, obrigado pelo diálogo sempre franco.

## RESUMO

O objetivo dessa dissertação é buscar compreender a representação da vila rural não somente como estrutura de produção econômica, mas também como expressão de status e poder para a elite romana, durante o principado de Nero (54-68 d.C.). Nesse sentido, nossa análise centra-se em alguns livros específicos do tratado columeliano: o livro primeiro, sobre o gerenciamento da propriedade, e o décimo primeiro livro as funções do *vilicus*. Nossa pesquisa insere-se no contexto dos estudos da economia romana que foram realizadas desde o meado do século XIX, na esteira do debate entre primitivistas e modernistas acerca da existência ou não do capitalismo no mundo antigo. É certo que esse debate já se encontra em grande medida matizado, mas seu impacto ainda se faz na análise dos chamados “agrônomos latinos” – Catão, Varrão e Columella – pautado, por um viés, sobretudo, econômico. Contudo, outras possibilidades de leitura procuram contemplar uma análise política e cultural de Columella. Nossa hipótese é que a vila tal como é representada, por Columella era postulada como um símbolo de status social e político, num quadro de competição intra-aristocrática por prestígio.

**Palavras chaves:** Columella. Vilas rurais. Império Romano.



## **ABSTRACT**

The objective of this dissertation is to analyze the representation of the rural property as depicted by Columella not only as a structure of economic production, but also as an expression of status and power for the Roman elite during the principate of Nero (AD 54-68). Accordingly, our analysis focuses on some specific books of the *De Re Rustica*, specifically on the first book about the management of the property, and on the eleventh book, which describes the functions of the *vilicus*. Our research is set in the context of studies of the Roman economy that go back to the nineteenth century as illustrated by the debate between primitivists and modernists on the existence or not of capitalism in the ancient world. Nevertheless, a more recent bibliography on Roman villas highlights that this debate is being nowadays thoroughly revised, and new possibilities of reading the treaties of Cato, Varro and Columella are put forward. Our hypothesis is that the rural property as depicted by Columella is taken as a symbol of social and political status for the elite in a context of intra-aristocratic competition for prestige.

**Keywords:** Columella. Rural villas. Roman Empire.

## SUMÁRIO

Introdução.....	9
<b>1. Agronomia antiga e economia moderna.....</b>	<b>11</b>
1.1 A interpretação histórica da escola alemã: a controvérsia Bücher-Meyer e seu impacto na avaliação dos tratados agronômicos latina.....;	12
1.2 Max Weber, sua interpretação da economia antiga e a agronomia latina.....	16
1.3 Moses Finley e a racionalidade econômica antiga.....	19
1.4 A economia antiga e a Escola de Cambridge .....	24
1.5 A economia antiga e os marxistas italianos.....	27
<b>2. O tratado de Columella e seu significado político, econômico e cultural.....</b>	<b>31</b>
2.1 As vilas rurais como estruturas econômicas.....	31
2.2 As vilas rurais como projeções aristocráticas de status social.....	40
2.3 A auto representação da elite no <i>De Re rustica</i> de Columella.....	46
<b>3. Trabalho, poder e status na vila columeliana.....</b>	<b>55</b>
3.1 O espaço o poder na vila columeliana.....	55
3.2 Trabalho e poder na vila.....	61
3.3 O proprietário rural e seu status social.....	73
<b>Considerações Finais.....</b>	<b>78</b>
<b>Referências Bibliográficas.....</b>	<b>80</b>

## INTRODUÇÃO

O objetivo dessa dissertação é buscar compreender a representação da vila rural não somente como estrutura de produção econômica, mas também como expressão de status e poder para a elite romana, durante o principado de Nero (54-68 d.C.). Nesse sentido, nossa análise centra-se em alguns livros específicos do tratado columeliano: o livro primeiro, sobre o gerenciamento da propriedade, e o décimo primeiro livro as funções do *vilicus*. Nossa pesquisa insere-se no contexto dos estudos da economia romana que foram realizadas desde meados do século XIX, na esteira do debate entre primitivistas e modernistas acerca da existência ou não do capitalismo no mundo antigo. É certo que esse debate já se encontra em grande medida matizado, mas seu impacto ainda se faz na análise dos chamados “agrônomos latinos” – Catão, Varrão e Columella – pautado, por um viés, sobretudo, econômico.

Outras possibilidades de leitura tiveram início na década de 1970, com os estudos do historiador René Martin (1971), seguidos pelos de Eralda Noè (2002) e Fábio Duarte Joly (2003). Esta historiografia procurou contemplar uma visão que iria além da meramente econômica, mas partia de uma análise política e cultural de Columella. De um ponto de vista teórico, partimos em nossa pesquisa do conceito de “representação” elaborado por Roger Chartier. De acordo com Chartier, “as representações sociais do mundo social assim construídas, embora aspire a universalidade, em um diagnóstico fundado pela razão são sempre determinadas pelos interesses dos grupos que as forjam” (Chartier, 1990, p. 17). Seguindo a proposta de Chartier, nossa hipótese é que a vila tal como é representada por Columella era postulada como um símbolo de status social e político. Dentro desta perspectiva, trataremos de pensar para o caso de Columella o modo de análise que Brendon Reay (2012), utilizou para o tratado de Catão, a saber, entendendo-o como uma forma de auto apresentação individual do autor num quadro de competição intra-aristocrática por prestígio:

Argumento que a tangibilidade e visibilidade do manual de Catão são juntas mais um exemplo do conhecido desempenho aristocrático em Roma, combinando espetáculo e conhecimento/experiência pelo qual os aristocratas procuravam demarcar as fronteiras do que contava como romano e aristocrático para se situarem nesse clube exclusivo e distinguirem-se de seus pares. (Reay, 2012, p. 61)

Essa problemática compõe a discussão da obra de Columella na dissertação, que será dividida da seguinte forma.

O primeiro capítulo, “Agronomia Antiga e Economia Moderna”, apresenta o debate sobre a economia antiga e seu respectivo tratamento da obra dos agrônomos latinos. Num primeiro momento, passamos em revista a controvérsia Bücher-Meyer acerca da possibilidade de um desenvolvimento capitalista na Antiguidade, para em seguida, analisar a posição de Max Weber a respeito. Abordamos então sucessivamente, as contribuições de Moses Finley, “Escola de Cambridge” e o marxismo italiano. No segundo capítulo: “O tratado de Columella e seu significado econômico, político e cultural”, apresenta as duas possibilidades do tratado, como expressão de um modo de produção econômica e como reflexo de status social e político. Nesse capítulo, expomos uma biografia de Columella, a estrutura e o conteúdo de sua obra, o contexto de sua produção, a tradição literária em que se insere bem como o contexto de sua produção, o terceiro capítulo “Trabalho e Poder na Vila Columeliana” aborda como Columella, descreve o espaço e as relações de poder na vila, suas relações de trabalho e poder, e o proprietário rural e suas relações de status social. O ponto principal é a representação do proprietário tendo em vista sua relação com os trabalhadores, com o objetivo de realçar seu status social e, conseqüentemente, a posição do próprio Columella como um aristocrata detentor de um conhecimento especializado sobre a gestão da unidade rural. A edição do *De Re Rustica* de Columella utilizada como referência neste trabalho é a da Loeb Classical Library. Tal publicação utiliza os textos latinos estabelecidos por E. S. Forster e Edward H. Heffner. As citações desse texto ao longo de nosso trabalho sempre trarão o texto original. As citações do *De Re Rustica* foram feitas partindo da tradução inglesa realizada pelos dois autores. Os tratados de Catão e Varrão também serão citados a partir da edição da Loeb, com tradução em português a partir da tradução inglesa.

## CAPÍTULO 1

### AGRONOMIA ANTIGA E ECONOMIA MODERNA

Os estudos sobre economia antiga tem sido objeto de controvérsias nos últimos cento e cinquenta anos; os seus resultados têm trazido repercussões nos mais diferentes debates principalmente nos estudos que concernem sobre a racionalidade econômica. Os primeiros ocorreram entre o final do século XIX e início do XX quando o renomado economista alemão Karl Bücher apresentou uma perspectiva “primitivista” expondo os limites para o desenvolvimento da economia antiga. Já os historiadores Eduard Meyer, Tenney Frank e Michail Rostovzev acreditavam que a economia antiga possuía aspectos semelhantes aqueles da economia moderna, desenvolvida após a Revolução Moderna. Max Weber por sua vez, retomou o debate, criticando tanto Bücher e Meyer, propondo uma série de tipos ideais para a análise das relações entre economia e política na Antiguidade. Em meados da década de 1970, inicia-se um novo paradigma com a obra de Moses Finley. *A Economia Antiga*, em que postulava que a economia antiga apresentava uma “grande unidade” nos limites do Mediterrâneo (Andreau, 2011, p. 15). Nas décadas de 1970 e 1980, a obra de Moses Finley começou a ser revisitado por autores como Peter Garnsey, Richard Saller, Andrew Wallace-Hadrill e Charles Whittaker (Faversani, 2003, p. 20). Estes autores, da chamada “Escola de Cambridge”, afirmavam que a economia antiga não era desenvolvida. Entre os anos de 1980 e 1990, os historiadores ligados ao marxismo italiano procuraram realizar uma crítica a essa escola em seus trabalhos. Todo esse debate repercutiu na leitura dos agrônomos latinos, de modo que convém examinar suas linhas gerais.

### **1.1. A interpretação histórica da escola alemã: a controvérsia Bücher-Meyer e seu impacto na avaliação dos tratados agronômicos latinos**

Dentre os primeiros trabalhos desenvolvidos no século XIX e início do XX, sobre a economia antiga, com destaque para o estudo de Karl Rodbertus sobre a história da tributação romana desde os tempos de Augusto, publicado em 1865.

Nessa obra apresentava a ideia de que, dentre os romanos, havia um único tipo de tributo, aquele pago pelo senhor da casa (*oikos*) a partir dos rendimentos de sua propriedade. A economia romana caracterizava-se, assim, por estar fundada em unidades familiares autossuficientes. Um dos estudiosos que teve a sua influência foi o seu conterrâneo Karl Bücher que defendeu a necessidade de situar a economia nacional como consequência de uma evolução econômica desde a Antiguidade. Bücher dividia a evolução econômica em três estágios: a economia doméstica fechada, em que a circulação de mercadorias era muito restrita predominando a autarquia de unidades domésticas. Em suas palavras:

O estágio da economia doméstica fechada caracteriza-se pelo fato de que toda circulação após a produção até o consumo se efetua no círculo fechado da família, da tribo. Para cada casa, a natureza e extensão de sua produção são determinadas pelas necessidades de seus membros quanto ao consumo. (Bücher, 1901, p. 50)

O segundo estágio é aquele da economia citadina, em que a circulação de mercadorias é mais ampla no quadro das cidades e por fim, o terceiro e o último estágio o da economia nacional, caracterizada pela expansão da circulação de bens. A Antiguidade Greco-Romana fazia parte do primeiro estágio. Gummerus, referindo-se à obra de Bücher, assevera que “a partir da autonomia econômica das casas onde se empregavam explica-se toda a história social e uma boa parte da política, da Roma Antiga” (cf. Joly, 2005, p. 17). A mão de obra escrava daria o tom da economia:

Em Roma a grande propriedade absorve a pequena, substitui o trabalho dos camponeses pelo dos escravos, para depois transformar esses escravos em colonos. O progresso econômico que se manifesta no âmbito da economia doméstica fechada obtém-se ao preço da substituição do proletariado pelo camponês livre. (Bücher, 1901, p. 64)

Em suma, Bücher, nas trilhas de Rodbertus foi um dos primeiros estudiosos a apresentar uma perspectiva “primitivista” das sociedades antigas, ou seja, colocando-as como o inverso e ponto de partida das sociedades modernas e industriais. Contra essa posição avançada por Bücher colocou-se o historiador Eduard Meyer.

De acordo com Alexandre Carvalho, Meyer, em 1895, visou demonstrar que as características da economia nacional eram presentes em sociedades anteriores a do mundo moderno (Carvalho, 2007, p. 45).

Na conferência “A Evolução Econômica na Antiguidade” Meyer abordou o desenvolvimento econômico de diversas civilizações tanto no Oriente quanto no Ocidente e procurou tecer sérias críticas a Karl Bücher (Nassif, 2005, p. 39). A crítica principal recaiu na teoria do *oikos*:

Sabe-se que Rodbertus caracterizou a economia antiga como economia do *oikos*, quer dizer como uma economia autárquica da família que satisfaz a si mesmo, por suas necessidades. Mas esta concepção da vida antiga encontra-se em total contradição com o que conhecemos sobre a vida na antiguidade que é apenas acolhida entre os investigadores especializados nestes estudos. Esta mudança foi recolhida com grande entusiasmo pelos economistas e por alguns outros historiadores que até este ponto consideram com uma posição dominante. (Meyer, 1955, p. 65)

No debate com Bücher, Meyer criticava a visão linear e evolutiva de Bücher, defendia que o campesinato era uma constante na História Antiga e dissolvendo todas as diferenças entre o antigo e o moderno, apresentava uma economia desenvolvida em um sentido industrial e capitalista (Schiavone, 2005, p. 79). Como aponta Schiavone:

Não havia mais qualquer vestígio do sistema primitivo do *oikos* nem de uma difundida economia natural. As condições gregas ou romanas não necessitavam para serem descritas de qualquer conceptualização específica. Podiam-se usar tranquilamente noções como de fábrica e de operários, e reivindicar uma semelhança completa entre a economia antiga e a economia contemporânea. (Schiavone, 2005, p. 80)

O Estado estava a serviço das classes comerciais, e o próprio desenvolvimento do comércio gestava crises sociais. Assim, elucidou Eduard Meyer:

O auge da economia monetária mina e desintegra as velhas relações patriarcais como o camponês vai carregando suas dívidas e caindo na ruína econômica como o capitalismo baseado na grande propriedade da terra. O camponês não pode mudar o que produz pelas mercadorias que necessita e se interpõe ao dinheiro e aos preços do mercado são ditados pela constelação do comércio e em grande escala pela importação de produtos além mar. (Meyer, 1955, p. 87).

A relação do mundo antigo com o mundo moderno, na análise de Meyer, no tocante ao comércio, é exemplificada pela comparação que procurava fazer em Atenas do século V a.C. com a Inglaterra do século XVIII, no tocante à política voltada para o comércio e para indústria.

O desenvolvimento do comércio e da indústria ocorre a despeito do campesinato favorecendo a classe dos industriais e dos comerciantes estabelecidos nas cidades. Eduard Meyer, afirmava categoricamente que o estado sempre esteve a serviço das classes comerciais. A base mais importante deste processo foi à constante acumulação de capital, e que isso não era possível sem o incremento do igualmente proletário despossuído.

Por detrás das ações econômicas, realiza-se uma ação mais geral sobre a influência da cidade e o campo, permitindo o desenvolvimento do capitalismo, da economia monetária e do direito capitalista, com todas as suas consequências tais como destruindo sistematicamente o regime natural e indispensável da existência e da mudança dos camponeses (Meyer, 1955, p. 125).

Na virada do século XIX para o XX as teorias propostas por Meyer encontraram respaldo em historiadores como o estadunidense Tenney Frank, que publicou, em 1920, *Uma História Econômica de Roma*, e o russo Michail Rostovzev, que escreveu uma *História Econômica e Social do Império Romano* em 1926. O livro de Frank procurou dar continuidade ao pensamento de Eduard Meyer buscando apresentar conceitos modernos para explicar as sociedades antigas. Especificamente em Roma tratava do impacto da expansão imperial sobre a agricultura itálica, e consequentes êxodo rural e substituição do trabalho livre pelo trabalho escravo. Tenney Frank deixa claro, quando relata sobre o sistema



agrário romano, que a classe agrícola foi muito forte durante a maior parte da República e no início do Império. Os agricultores e os proprietários estavam no controle de todas as tribos rurais e os seus interesses muitas vezes coincidiram com aqueles dos senadores que detinham as grandes propriedades de terras. O nobre romano geralmente era um grande proprietário de terras e sempre esteve intimamente ligado a todos os processos agrícolas e mesmo à pecuária (Frank, 2004, p. 36). Os tratados de Catão e Varrão versariam nesse contexto sobre o desenvolvimento de uma “empresa capitalista”.

Em 1926, Michail Rostovzev, historiador russo e professor na universidade de Yale publicou sua principal obra: *História Econômica e Social do Império Romano*. Influenciado pela Revolução de 1917, o livro tinha como objetivo traçar as linhas gerais da evolução econômica do Império Romano.

Em sua narrativa, o historiador russo deixa explícita a influência de autores como Meyer e Frank em sua forma de pensar. Assim como esses autores, Rostovzev vê uma tensão entre a cidade e o campo no sentido que o campesinato é despojado de suas terras e formam-se latifúndios trabalhados por escravos. Essas propriedades geram renda a uma elite senatorial e equestre, que as administra segundo preceitos científicos (herdados do período helenístico). Para Rostovzev, “as grandes e médias propriedades tinham dois traços em comum, eram cultivadas cientificamente e segundo as normas capitalistas e os seus proprietários não residiam nelas, mas sim nas cidades” (Rostovzev, 1986, p. 122). A produção dessas unidades visava o comércio:

O comércio de azeite e vinho seguiu desempenhando um papel capital na vida econômica da Itália. Um dos principais consumidores com certeza era o exército romano. A Itália desempenhou na vida comercial do Império na época de Augusto, um papel principal que durante o século primeiro antes de Cristo, não foi somente o resultado da importância crescente de Roma, com um dos maiores consumidores do mundo. (Rostovzev, 1986, p. 137)

Outro fenômeno importante foi o desenvolvimento da industrialização não somente em grandes cidades, como Puteóli e Aquiléia, que eram postos principalmente de exportação e foco de importantes linhas de comércio, mas também em centros e postos muito pequenos (Rostovzev, 1986, p. 147).

De todo o modo, chamamos atenção para a utilização dos tratados agrícolas romanos para enfatizar a transição de uma economia camponesa para a científica das propriedades rurais:

Na agricultura este processo provoca um trânsito da economia camponesa para os grandes proprietários que exploravam suas fincas de acordo com as normas capitalistas e científicas. Escritores como Sêneca, Pérsio, Lucano, Petrônio, Plínio, o Velho, e Columella proporcionam informações valiosíssimas sobre a situação econômica do Império entre os anos de 14 d.C.-70 d.C. (Rostovzev, 1986, p. 183)

De todo o modo, compreendemos a importância do debate proposto no final do século XIX entre Karl Bücher e Eduard Meyer e principalmente suas diferentes interpretações que eram coerentes ou se realmente existia a presença do capitalismo no mundo antigo ou não.

## **1.2. Max Weber, sua interpretação da economia antiga e a agronomia latina**

O segundo tópico trabalhado neste capítulo versa sobre a interpretação de Max Weber sobre a economia antiga em geral e os tratados agrônômicos em particular. Weber iniciou suas pesquisas em História Antiga com sua *A história agrária romana e a sua importância para o direito público e privado*, de 1891. Em 1896 publicou *As causas sociais do declínio da cultura antiga* e, entre os anos de 1897 a 1908, esteve preocupado com a escrita de *Relações Agrárias na Antiguidade*. Para nossos propósitos, o mais importante é notar a atração de Weber pela economia política e como, com suas afirmações científicas e nomológicas, construiu um tipo de pesquisa econômica que lhe interessava (Nafissif, 2005, p. 57). Procuramos tratar sobre sua participação no debate Bücher-Meyer e consequente tratamento dos agrônomos latinos.

No que diz respeito à história agrária romana, o ponto de partida e fundamento de todas as confrontações posteriores de Weber, com a história econômica e social da Antiguidade, é a crítica que faz aos seus antecessores.

Merece atenção de início sua noção de capitalismo. Uma primeira menção aparece quando menciona a permissão dada aos cidadãos romanos para as ocupações privadas no *ager publicus*, isto é, as terras públicas que se tornaram propriedade estatal em decorrências das conquistas romanas (Deininger, 2012, p. 15). Assim assinalou Weber em sua *História agrária romana*:

De fato, observou-se frequentemente essa livre concorrência não pode ter beneficiado aos pequenos proprietários, mas antes os grandes capitalistas, patrícios e plebeus, em suma ela representa o mais desenfreado capitalismo agrário da história, com o qual não se pode comparar sequer de longe tanto em seu sentido qualitativo como no sentido quantitativo, as anexações e cerceamentos ilegais levados a cabo pelos proprietários da Idade Média tardia, que lembramos antes como casos similares. (Weber, 1994, p. 43)

Em Weber, a noção de capitalismo, não é o capitalismo moderno, enquanto forma de aquisição e desejo de ganhos econômicos. De acordo com Tamara Grigorowichs, “o capitalismo pode ser encontrado em diversos períodos históricos e em particulares de modo que é possível estabelecer uma tipologia capitalista em diferentes momentos históricos” (Grigorowichs, 2012, p. 5). Um primeiro ensaio nesse sentido encontra-se n’*As Causas Sociais do Declínio da Cultura Antiga*, de 1896. Nesta obra Weber aponta que foi possível um certo desenvolvimento capitalista na Antiguidade romana devido à ascensão de uma aristocracia fundiária que se servia da propriedade de escravos. Em suas palavras:

O tipo de grande proprietário de terra romano não é do agricultor que dirige pessoalmente a empresa, mas é o homem que vive na cidade, pratica a política, que quer antes de tudo receber rendas em dinheiro. A gestão de suas terras está nas mãos dos servos inspetores. (Weber, 2003, p. 43)

A organização administrativa romana descansava no final da República e no início do Império, sobre a comunidade urbana, o *municipium* com base administrativa da mesma forma que a cidade era a base econômica da cultura antiga (Weber, 2003, p. 59):

As grandes propriedades tentam com bom êxito subtrair-se da dependência das comunidades. À medida que o centro de gravidade do Império se desloca para o interior, o recrutamento alimenta-se tanto mais da população agrária, o que faz com que os interesses dos agrários na antiguidade, os grandes proprietários de terras na política do Estado. (Weber, 2003, p. 57)

Entre os anos de 1897 e 1908, Max Weber escreve o que seja talvez a sua obra mais primorosa no que concerne ao mundo antigo: *Relações Agrárias na Antiguidade*. Um dos objetivos principais do autor, ao longo desse livro, é apresentar uma teoria econômica do mundo antigo tanto ocidental, representado por Grécia e Roma, como oriental, representado por Mesopotâmia, Egito e Israel.

O ponto de partida da discussão foi a teoria de Rodbertus, segundo a qual, na Antiguidade, teria predominado um complexo sistema de economia baseado no *oikos*.

Se, por um lado, Weber aceita a teoria de Bücher como exemplo de discurso “típico ideal de um sistema econômico que, na Antiguidade, aproximou-se particularmente de sua pureza conceitual” (Weber, 1992, p. 10), por outro, critica Meyer e seu modernismo, pois aplica no mundo antigo formas de indústria que seriam peculiares apenas do mundo moderno após o século XVIII (Weber, 1992, p. 12).

Importa ressaltar, portanto, que Weber não seguiu Meyer em preconizar um mundo moderno. De todo o modo, Love aponta que Weber acreditava numa economia de mercado diferente do capitalismo moderno, e que talvez este não seja o termo mais apropriado para defini-lo (Knust, 2011, p. 15). Na verdade não existia em si uma economia capitalista, mas um comportamento capitalista, o que faz sentido dentro do individualismo metodológico proposto por Weber, preocupado em apontar as características de uma economia burguesa que possui um alto grau de racionalidade (Love, 1991, p. 13).

Nesse sentido, o uso capitalista do trabalho escravo diferiria substancialmente do correspondente emprego do trabalho livre devido às seguintes características econômicas da escravidão: necessidade de maior disponibilidade de capital (para a compra de escravos); mortalidade e, principalmente, oscilação dos preços dos escravos, fator este que impedia um cálculo seguro da empresa escravista; e dependência de um mercado de escravos continuamente reabastecido por cativos

de guerra (Weber, 1992, p. 30). Mas Weber não descartava por completo a associação entre capitalismo e escravidão, que podia se realizar na presença de condições específicas. Neste contexto é possível identificar na obra do autor esta relação que ele trata principalmente quando analisa os tratados agrícolas:

As plantações que eram cultivadas por escravos aumentaram muito no período de Catão o velho até Varrão. Enquanto o mercado recebia um constante suprimento de escravos, eles eram mantidos, em quartéis como um tipo de solução para um problema de trabalho sazonal durante o segundo século antes de Cristo. (Weber, 1992, p. 223)

A guerra é a principal delas. A expansão militar gerava uma maior disponibilidade de escravos e incentivava seu uso capitalista em plantações, empresas marítimas, mineração, *ergasteria* etc. (Weber, 1992, p. 22). É nesse contexto que Weber utiliza-se de termos como o capitalismo para explicar não somente as cidades no mundo antigo, mas também o trabalho realizado no campo que acaba sendo descrito por Weber através dos tratados agronômicos.

### **1.3. Moses Finley e a racionalidade econômica antiga**

A carreira de Moses Finley pode ser dividida em dois momentos cruciais: o primeiro em 1930, quando ele abraça a carreira de historiador especializado no mundo antigo, sob a influência de Karl Polanyi, autor de *A Grande Transformação: as origens até nossa época*. Para Polanyi, a descoberta mais importante nas mais recentes pesquisas históricas e antropológicas é que a economia humana está submersa em suas relações sociais (Polanyi, 2000, p. 65). O segundo momento é quando ele publica sua obra *A Economia Antiga* e rompe seus laços com o seu antigo mentor (Nassif, 2005, p. 121). Nassif estabelece dois motivos específicos da carreira de Moses Finley. O primeiro como um prodígio na universidade e o segundo amadurecido, quando ele publica suas grandes obras. *A Economia Antiga* representa um marco decisivo para a difusão das ideias minimalistas, principalmente na Grã-Bretanha e nos países de língua inglesa (Andreau, 2011, p. 19). Andreau afirma que a obra de Moses Finley é um divisor de águas, trazendo novas perspectivas sobre o mundo greco-romano, ao propor certa unidade ao mundo antigo.

Nos idos de 1960, Finley iniciou uma releitura de toda a história greco-romana utilizando de perspectivas que aliavam a economia com a política e ainda analisando a racionalidade econômica (Knust, 2011, p. 1).

A compreensão de determinadas elites com suas propriedades, passou a ser visto, como um elemento chave para a compreensão da economia romana, isso é perceptível quando este mesmo autor analisa os tratados agrícolas:

Os manuais agrícolas romanos e hoje sem dúvida os seus precursores os gregos podem ocasionalmente ocupar-se da comercialização, das condições do solo e de outras coisas do gênero, mas nunca vão além de observações rudimentares baseados no senso comum, quando não contém erros grosseiros ou induzem ao erro. (Finley, 1986, p. 22)

Ao iniciar um debate sobre a produção agropecuária no capítulo intitulado: “Senhores e Camponeses” constrói uma crítica ao posicionamento modernista, ao afirmar que o racionalismo econômico não existia no mundo antigo e era fruto de empiria dos pesquisadores modernos, pois para existir racionalismo econômico seria necessário existir o trabalho assalariado. Dessa forma, alegou o historiador estadunidense:

Quanto ao objetivo da autossuficiência, não se tratava nem de um valor de juízo, neste nível estamos considerando é claro as propriedades que eram cultivadas para o rendimento em dinheiro e não para a subsistência. Por isso, a importância dada a qualquer medida que evitasse o dispêndio na compra de esteios para as vinhas, para as forragens, para os animais, vinho ou qualquer outra coisa referida pelo cultivo do solo, e conservação da força de trabalho, tem que ser explicada dentro da procura dos lucros. (Finley, 1986, p. 149)

Desse modo, observamos que Finley, quando trata sobre a ausência de racionalidade econômica na Antiguidade, lança uma pergunta aos seus leitores: qual o peso dos fatores que hoje chamamos de econômicos para a maximização dos rendimentos? Na Antiguidade, os rendimentos estavam ligados a questão de status, impedindo a construção de uma economia integrada e de escala. Considerando estes argumentos:

Evitei até agora em falar de economia de escala, não por que não existissem, mas por que a meu ver eram rudimentares, embora deva admitir que não seja uma base firme para qualquer conclusão. Nas condições antigas, a consolidação das parcelas das terras, em grandes extensões e contínuas e não implicavam automaticamente, particularmente, onde os escravos eram a principal força de trabalho. (Finley, 1986, p. 153)

Um dos grandes limites desta visão de racionalidade econômica é identificar o mercado como um conceito preponderante da existência da economia na Antiguidade. O investimento na terra em resumo, nunca foi na Antiguidade, uma questão de decisões sistemáticas e calculadas naquilo que Weber chama de racionalidade econômica. Tratando desta questão observou o autor quando analisou Columella:

Não duvido que Columella, por exemplo, apesar de suas limitações, podia ter feito a simples computação aritmética necessária para revelar as economias possíveis de uma escala de exploração alargada. Por outras palavras, não tratava de uma questão intelectual. A poderosa influência da unidade doméstica camponesa, as atitudes em relação ao trabalho, e à administração, o fraco mercado urbano, os lucros satisfatórios do regime agrícola existente, talvez as dificuldades inerentes à organização e a administração de uma força de escravos muito grande, tudo isso serviu para desencorajar a mudança. (Finley *apud* Joly, 2003, p. 285)

A *Economia Antiga* de Moses Finley é um divisor de água quando tratamos de estudar a economia do mundo antigo, em especial a economia romana. Deste modo, torna-se interessante avaliar brevemente suas consequências. Os trabalhos escritos pelo historiador Nerville Morley, professor na Universidade de Bristol, demonstram como poucos especialistas no mundo antigo conseguiram aliar os estudos sobre economia romana com as teorias da história. Ele é autor de obras como *Metropolis and Hinterland, Theories, Models and Concepts of Ancient History* e *Antiquity and Modernity*. Ele chama a atenção de seus leitores para o fato de que a cidade de Roma, como as demais, era uma cidade consumidora, e a existência destes centros urbanos dependia da habilidade dos fazendeiros em produzir uma agricultura regular com eficiência na produção em suas instituições políticas, mobilizando a produção dos cidadãos não

envolvidos com a produção primária (Morley, 2008, p. 50). Dessa forma, exemplifica o autor o seu conceito de racionalidade econômica:

A principal descoberta é que, em muitas situações, um número de estratégias não é somente impossível, mas igualmente racional, que um fazendeiro possa tentar maximizar possíveis ganhos ou minimizar perdas, ou seguir outros caminhos com diferentes graus de riscos. (Morley, 2008, p. 72)

Dentro desta análise, notamos algumas semelhanças com a forma de pensar de Finley, porém acreditamos que Morley procura expandir suas análises quando afirma categoricamente que os antigos possuíam um conhecimento técnico para o gerenciamento de suas propriedades de uma maneira racional para poder comparar diferentes estratégias de produção e escolher dentre delas (Morley, 2008, p. 74). Em um segundo momento, citamos um autor que realiza um contraponto à proposta de Moses Finley. O professor emérito de economia ligado ao MIT, Peter Temin, escreveu um artigo intitulado “Market Economy in the Early Roman Empire” (2001). Neste artigo ele apresenta uma polêmica ao afirmar que o Império Romano era uma economia de mercado em seus primórdios. Sua jornada inicia-se quando ele critica Karl Polanyi afirmando que suas relações de integração são imprecisas, e exalta as ideias de Pryor distinguindo o que ele chama de transformação e transferência (Temin, 2001, p. 2). Dessa forma afirma que:

Trocas antes subdivididas naquelas em que as razões de mercadorias ou serviços que podem variar e naquelas que não podem. O primeiro pode ou não envolver dinheiro, e o outro não. Ele definiu o primeiro como troca de mercado, o outro como troca recíproca; o uso de dinheiro é um bom índice desta distinção assim como a razão de troca com o passar do tempo. (Temin, 2001, p. 8)

As análises que são realizadas até o presente momento afirmam que existiam mudanças nos princípios dos mercados no Império, porém a pergunta que deveria ser realizada é quais são as mudanças necessárias e quais recursos são alocados pelos preços e quais deles são livres e quais mudanças ocorreram? De



acordo com Temin, existem muitas fontes sobre a história de Roma, porém curiosamente elas acabam se silenciando sobre as organizações econômicas:

Nós observamos preços isolados para muitas mercadorias romanas, mas falta uma série contínua de preços comparáveis para mercadorias e serviços como foi notado por muitos historiadores. Mercados não geram medidas permanentes de mudança de preços; preços em série existem somente se alguém ou alguma agência os coletam. (Temin, 2001, p. 10)

De todas as formas, observa-se uma forma de inversão das propostas apresentadas por Finley, já que este em nenhum momento em seus escritos apontou que a economia romana seria uma economia de mercado. Concordamos que na chamada “economia de mercado” é comum observar que os preços são iguais no mercado. Até mesmo nos mercados modernos os custos de transportes e os preços não são coordenados. Dessa forma:

As condições de mercado e que os preços tendem a ter um valor comum e foram realizadas precocemente. A taxa de juros como foi descrita era comum por todo o Império. Mas não há por que esperar que os preços fossem comuns por todo o império. (Temin, 2001, p. 12)

De todo o modo, afirmar que a hipótese de Temin não tenha importância seria um equívoco, pois a economia romana possuía indícios de ser uma “economia de mercado” contudo, restrito ao seu tempo e espaço. Posteriormente ele continua acreditando que exista indústrias no sentido “moderno” do termo e que na verdade isso pode depender da perspectiva de cada estudioso.

Podemos, neste caso, concordar com o antropólogo francês Maurice Godelier quando este realiza uma crítica à economia neoclássica. O nascimento do racionalismo coincide com o nascimento do capitalismo, a produção de mercadorias possui razões consideráveis para definir as características da sociedade burguesa (Godelier, 1972, p. 12). Tal é o ponto de partida de Finley.

#### 1.4. A economia antiga e a Escola de Cambridge

O quarto tópico trabalhado neste primeiro capítulo é a “Escola de Cambridge”. Entre os anos de 1970 e 1980, influenciados pela obra de Moses Finley, Peter Garnsey e Richard Saller foram adeptos da ideia de ausência de racionalidade econômica no mundo antigo, o que gerava de certa forma um afastamento da sociedade capitalista. No manual intitulado *The Roman Empire, Economy, Society and Culture*, estes autores afirmavam que o Império Romano era um império mediterrâneo, possuía um governo sem burocracia e ainda possuía uma economia não desenvolvida. Os romanos não teriam desenvolvido uma administração que batesse com as dimensões de seu Império:

A expansão e o número de postos e a diversificação na base social não implica em si um sistema administrativo racionalizado e burocrático. As funções do governo permaneceram praticamente as mesmas. Os imperadores não trouxeram nenhuma reforma social e econômica radicais e não estiveram interessados em interferir em qualquer grau substancial na vida dos seus súditos. (Garnsey & Saller, 1987, p. 20)

De acordo com Peter Garnsey e Richard Saller, a economia romana não era desenvolvida, isto significava que uma grande massa da população vivia próxima do nível de subsistência. Seriam típicos de uma economia não desenvolvida a grande força de trabalho empregado na agricultura e pouco investimento em suas riquezas:

Demanda por manufaturados é relativamente baixa e muitas necessidades são encontradas localmente com mercadorias feitas por pequenos artesãos ou no próprio lar. A tecnologia ultrapassada é uma barreira para aumentar a produtividade. Finalmente, não há classe de empreendedores que sejam capazes de perceber oportunidades de ganhos em larga e preparados para correr risco com investimentos necessários. (Garnsey & Saller, 1987, p. 43)

Logo, Peter Garnsey e Richard Saller parecem ser devedores de Moses Finley em sua forma de pensar.

De acordo com Fábio Duarte Joly, “por essa perspectiva não haveria uma racionalidade econômica daquela do mundo contemporâneo devido a fatores estruturais como o estágio pouco avançado das trocas mercantis e no desenvolvimento tecnológico e na agricultura e uma ausência de uma ética capitalista que permitisse a aplicação do lucro no comércio e não apenas na aquisição de terras, o que revelaria uma cosmovisão essencialmente aristocrática” (Joly, 2003, p.294). Os próprios autores, contudo atentam para a limitação dessa visão:

As limitações de uma análise, do tipo que pretendemos são óbvias. A busca por pontos de similaridades entre sociedades quando juntadas com a tendência de ignorar diferenças entre o dentro e o mesmo que produz um quadro de qualquer sociedade que é grosseiramente simplificada. Os argumentos são baseados em níveis de generalidades. Assim, por exemplo, a supremacia da agricultura sobre as formas de investimento, e ganhos tem sido estabelecidos somente em níveis muito gerais. (Garnsey & Saller, 1987, p. 45)

Dentro desta linha de raciocínio, nota-se que é possível observar que a agricultura de fato era baseada em atividades de subsistência. Raramente as elites envolviam-se com as tarefas do cotidiano principalmente no que concerne as descrições dos tratados agrícolas romanos:

Por outro lado, alguém poderia questionar o potencial econômico para o crescimento. Temos visto que a economia era subdesenvolvida e que muito da força de trabalho era usada na agricultura e vivia a níveis de subsistência. Para tirar da agricultura, a base da economia para o nível de subsistência a margem do excedente de produção de uma forma estreita e foi em grande parte desviado pelas autoridades imperiais e os senhorios da cidade com base em impostos e aluguéis. (Garnsey & Saller, 1987, p. 51)

Em um artigo publicado em 2010, intitulado “Slavery in the Roman Economy”, o historiador Walter Scheidel aponta algumas relações importantes do trabalho escravo com a racionalidade econômica. De acordo com Scheidel, de uma perspectiva econômica era visto como um capital investido (Scheidel, 2010, p. 1). Dessa forma compreende que:

O trabalho escravo foi organizado de diferentes maneiras. Desde serviços quase domésticos até larga escala de produção, embora os proprietários precisassem investir capital em escravos, despeito ao tipo de uso, o que significa que teríamos que encontrar os métodos para a melhora dos rendimentos médios poderia ser analisado empiricamente. (Scheidel, 2010, p. 8)

Conforme a passagem acima, Walter Scheidel afirma que a escravidão foi racionalizada em um longo processo, usado como capital de investimento, e observando quais os lucros poderiam ser gerados.

O trabalho escravo intensivo também permite a racionalização que gera economias de escala como um trabalho de grupos. O emprego de escravos em serviços intensivos faz sentido quando o capital humano é escasso, mas também requer que os proprietários sejam legalmente e culturalmente capazes de aplicar apropriadas recompensas como incentivos. (Scheidel, 2010, p. 10)

De toda a forma, o trabalho escravo intenso gerava uma racionalização das economias de escala:

O Império facilitou um sistema de mudanças que favoreceu a produção de mercado, a qual favoreceu a utilização do trabalho escravo o seu modo de produção com controle compreensivo e organização racional. Apesar disso, baseado em suas características intrínsecas e localização estrutural, a escravidão ocupou uma posição central na economia romana. (Scheidel, 2010, p. 12).

Mais recentemente, o historiador francês Jean Andreau recolocou em questão o tema da racionalidade econômica na Antiguidade:

O problema da racionalidade econômica pode ser abordado de diferentes maneiras. Uma delas pode ser o estudo da compatibilidade. Sobre este ponto a documentação não é tão abundante mas as obras dos agrônomos (sobretudo Columella) e certos papiros são muito reveladores. (Andreau, 2011, p. 24)

Neste contexto, o historiador Jean Andreau aponta que a racionalidade pode ser analisada sobre diversos pontos de vista: as documentações são abundantes, e encontramos nela principalmente os agrônomos romanos, e especialmente a obra de Columella. A “Escola de Cambridge” na verdade não

apresentou nenhuma novidade em suas análises sobre a racionalidade econômica. Herdeiros diretos do pensamento de Moses Finley, eles prescrevem em suas conjecturas que a racionalidade econômica no mundo antigo é inexistente graças à falta do trabalho assalariado, o que gerava pouco desenvolvimento econômico e o trabalho era basicamente feito no campo.

### **1.5. A economia antiga e os marxistas italianos**

O último tópico trabalhado neste capítulo envolve a interpretação da racionalidade econômica pela perspectiva dos marxistas italianos, centrada no Instituto Gramsci a partir de 1979, com diversas publicações, como, por exemplo, *Società Romana e Produzione Schiavistica*. A noção de crise de um “modo de produção escravista” torna-se a peça chave para a interpretação da economia romana (Guarinello, 1995, p. 271). De acordo com Norberto Guarinello:

Seguindo esse modelo, a agricultura romana no período teria sido marcada pela sucessão de três formas principais de produção a da tradicional pequena propriedade camponesa desde a guerra de Aníbal já marginalizada no século segundo antes de cristo, a da propriedade média escravista centrada nas *uillae rusticae* que se expandia novamente após a segunda guerra púnica, as expensas dos pequenos proprietários floresceram antes do século primeiro depois de cristo, por fim com a crise do modelo escravista o desenvolvimento progressivo do latifúndio visível do final da república até o início do principado. (Guarinello, 1993, p. 260)

Os marxistas italianos realizaram uma crítica bem fundamentada dos historiadores anglo saxões liderados por Finley. Vamos então nos centrar num dos principais expoentes do marxismo italiano: Andrea Carandini. Em seu artigo “Roma Imperialistica: Un caso di sviluppo Precapitalistico” (1980), se destaca o termo pré-capitalista, significando precedente ao capitalismo industrial, que se manifestou pela primeira vez na Inglaterra a partir do século XVIII. Em seu artigo: “Columella’s vineyard and the rationality of Roman economy” (1983), Carandini critica aqueles como Finley, que alçam a racionalidade econômica capitalista como único parâmetro para se medir aquela operante no mundo antigo. Em suas palavras:

Por outro lado, não é verdade que as organizações capitalistas procuram maximizar a produtividade, enquanto os pré-capitalistas procuram maximizar ganhos. Seria mais apropriado dizer que em todos os períodos tem procurado maximizar ganhos, mas com diferentes graus de produtividade. A produtividade do capitalismo é certamente a maior até agora, mas não implica que é absoluta. (Carandini, 1983, p. 15)

O historiador italiano rejeita a ideia de racionalidade econômica no mundo antigo, pois mesmo as sociedades pré-capitalistas possuem grau de desenvolvimento. Nesse sentido, também critica as reflexões de Gunnar Mickwitz em seu artigo “Economic Rationalism in Graeco Roman Agriculture”:

Para Mickwitz, o problema se concentra na ausência de categorias e modelos mercantilistas apropriados, e daí a incapacidade subjetiva de parte dos romanos (que eram menos competentes do que nos mesmos). Os romanos da república tardia e do Império tentaram chegar a um fundamento racional para suas escolhas, mas fracassaram pela ignorância, inabilidade de fazer cálculos, e incapacidade de acessar ganhos e planos de produção. (Carandini, 1983, p. 178).

Tendo em vista essas críticas, Carandini serve-se do trabalho de Witold Kula “Teoria Econômica do Sistema Feudal” (1962). Carandini apropria-se da noção de bissetorialidade da economia usada por Kula na descrição da economia medieval para o caso das vilas romanas:

Portanto, é necessário aceitar que complexas produções pré-capitalistas são articuladas em dois setores: o natural e o monetário que os cálculos em mercado aplicam-se somente ao setor monetário. Segue-se em que os cálculos de propriedade devem ser divididos em dois setores, a divisão que leva a impossibilidade de unificar os cálculos e métodos de estudá-los. (Carandini, 1983, p. 184)

A economia natural era constituída basicamente de um trabalho realizado por uma autarquia que possuía uma produção de uma policultura. Já a economia monetária produzia para o seu sustento e para a exportação dos seus lucros. Seguindo a linha de pensamento de Andrea Carandini, o historiador italiano Aldo Schiavone, autor da obra *Uma História Rompida: Roma Antiga e Ocidente*

*Moderno*, chama atenção dos seus leitores para a racionalidade econômica da economia imperial romana. Para o autor, em determinado momento da história romana, a aquisição de novas terras deixou de ser regulada por mecanismos distributivos impostos pelas lutas plebeias e começou a se desenvolver uma forma inédita de concentração fundiária, abrindo o caminho para as vilas e os latifúndios da aristocracia senatorial e novas formas de propriedade produzidas nos séculos II e I a.C..

No caso de Roma atingiu sua concentração mais espetacular uma forma sem precedentes pela intensidade e duração da acumulação agrária e mercantil fundada sobre os sucessos das conquistas militares sobre a consequente redistribuição forçada do trabalho escravo e da riqueza um verdadeiro milagre econômico sem os paralelos no mundo antigo. Toda a modalidade de cálculo produtivo e de gerência racional de uma fazenda, ou de um empreendimento radicava-se sempre na origem, na vantagem dos militares e dos conquistadores em termos de escravos, impostos ou rotas comerciais. (Schiavone, 2005, p. 122)

Para Schiavone, o resultado dessa concentração gerou uma expansão militar e comercial, que permitiu um verdadeiro “milagre econômico” no mundo antigo, gerando uma modalidade de cálculo produtivo e uma gerência racional das fazendas. A cisão originária entre mercado e economia natural, provocava uma segunda ruptura entre a renda e o capital comercial entre a produção e a circulação mercantil, que mesmo quando estavam envolvidos com os mesmos grupos seriam incapazes de se integrar no mesmo ciclo do interior econômico (Schiavone, 2005, p. 152).

Diante dessas situações é compreensível a posição de Aldo Schiavone quando afirmou que a existência de uma “economia de mercado” assegurava a manutenção da economia orientada para as trocas e a circulação mercantil com certa regularidade, do consumo para o desenvolvimento urbano cujos resultados geravam o trabalho servil nas vilas e nos latifúndios (Schiavone, 2005, p. 222).

Logo:

A economia romana se apresenta como um sistema agrário mercantil de base escravista, onde os três elementos mais importantes, a agricultura, o escravo e a circulação de mercadorias, dependendo intimamente da configuração imperial do contexto político que o envolvia. Os circuitos mercantis, sustentados pela presença de uma ampla circulação monetária abrangiam todo o Mediterrâneo criando um espaço onde existia um confronto entre demanda e oferta. (Schiavone, 2005, p. 100)

Ao longo de toda a discussão proposta por Aldo Schiavone, é perceptível a busca de um consenso entre a forma de pensar dos primitivistas com a dos modernistas, naquilo que ele invoca como uma economia “dual”.

Pela discussão acima, podemos compreender a importância da interpretação da escola histórica alemã sobre a economia antiga e os tratados agrícolas. Posteriormente analisamos o trabalho do historiador Max Weber que em seus primeiros escritos sobre história antiga versou determinadas preocupações na comparação da economia antiga com o mundo moderno e suas análises sobre os tratados romanos que são muito importantes. Neste meio tempo, foi analisado a obra de Moses Finley que representou uma verdadeira “revolução” na análise da economia romana preocupando-se com o que tinha sido produzido até aquele instante, seguindo esta mesma linha temática os alunos de Finley reconheceram as limitações de suas análises considerando inclusive que a economia romana era basicamente utilizada para a uma vida de subsistência e por fim os marxistas italianos representados por autores como Andrea Carandini e Aldo Schiavone demonstram que a racionalidade econômica do mundo capitalista não era o único meio de desenvolvimento do mundo antigo, já que as próprias sociedades pré-capitalistas possuíam um certo desenvolvimento.



## CAPÍTULO 2

### O TRATADO DE COLUMELLA E SEU SIGNIFICADO ECONÔMICO, POLÍTICO E CULTURAL

Os escritos latinos sobre agricultura foram redescobertos no final da Idade Média e no início do Renascimento depois traduzido do latim para as línguas nacionais, sobretudo, o *De Agricultura* de Catão, o *De Re Rustica* de Varrão e o *De Re Rustica* de Columella alguns dos livros da *História Natural* de Plínio o velho, e as *Geórgicas* de Virgílio (Kolendo, 1980, p. 8). Essas fontes escritas por uma elite revelam o desenvolvimento das vilas romanas entre os séculos II a.C. e I d.C. Pelo número e pela qualidade de suas produções, a literatura agrária romana, pode ser considerada um fenômeno social a parte (Zannier, 2007, p. 10). Estes escritos didáticos atendem ao interesse de diferentes grupos sociais que foram beneficiados com essas transformações sociais e apontam para um período de expansão dos modelos agrícolas pelo Mediterrâneo. Nossa análise a seguir centrara-se em duas correntes historiográficas distintas. A primeira enfoca os aspectos econômicos e produtivos das vilas rurais, enquanto a segunda procura analisar a perspectiva da aristocracia romana frente às vilas de um ponto de vista político e cultural. E por fim analisaremos o próêmio do primeiro livro na qual buscou apresentar as primeiras características de uma determinada autorepresentação na obra de Lucio Moderato Columella.

#### **2.1. As vilas rurais como estruturas econômicas**

As vilas durante muito tempo foram analisadas como unidades de produção e estruturas econômicas. Embora não completamente escravistas como foram descritas durante muito tempo, elas possuíam uma gênese específica no contexto da expansão de Roma por todo o Mediterrâneo. No momento em que Roma, procurava expandir seus territórios houve como consequência uma expansão econômica, política e social.

A terra era considerada fonte de riqueza, atraindo indivíduos interessados na exploração agrícola e da utilização destas propriedades como modelos econômicos.

No início do século XX, o historiador norte-americano Tenney Frank escreveu um livro, *Uma História Econômica de Roma*. Influenciado pela corrente modernista, o autor buscou analisar o período do final da República e início do Principado, centrando-se principalmente no governo de Augusto. No livro Frank parte do pressuposto da existência de uma “vila ideal”, descrita a partir de Catão, Varrão e Columella. Em suas palavras:

A vila típica era uma grande estrutura que continha celeiros, grandes tonéis, os locais de trabalho dos escravos em outras localidades, e um segundo que era confortavelmente preparado para receber o senhor, quando ele não tivesse tempo para o assunto do Estado e pudesse aproveitar o pouco tempo que possuía. (Frank, 2004, p. 38)

Contudo, os atuais estudos acerca dessa temática não dão mais o respaldo a essa noção como foi feita no início do século XX. José Ernesto Moura Knust, autor de: “Senhores de Escravos Senhores da Razão: Racionalidade ideológica e a Vila Escravista na República Romana”, seguindo uma interpretação marxista, tece críticas a essa perspectiva de “vila ideal”:

Este conceito de vila típica, ao mesmo tempo sua matização, o conceito de vila ideal levanta dois problemas básicos. O primeiro é um fato até bastante óbvio, mas muitas vezes ignorado. A manutenção da palavra vila ao longo de séculos de história romana não significa que o objeto tenha se mantido estático. Desta forma, um conceito estático de vila pretensamente válido para as primeiras atestações da sua existência no século II a.C. até o período que Columella escreveu seu tratado no século I d.C. (Knust, 2011, p. 129)

Para o autor, essa idealização não passa pelo crivo da análise da cultura material. Nessa mesma linha, temos o historiador sul-africano K. D. White, em seu *The Roman Farming*:

As grandes propriedades são extremamente importantes no final da república romana e possuíam uma variedade muito grande, nos seus tipos, em suas escalas, envolvendo os diversos tipos de propriedade. A partir de duas classificações, por exemplo, as fazendas são classificadas de duas formas: de acordo com o sistema de produção e gerencialmente de seu dono pela supervisão direta ou pelo uso dos seus trabalhadores. (White, 1970, p. 378)

Em nossa opinião, talvez o autor tenda a seguir uma opinião que as propriedades econômicas no mundo antigo sofressem uma racionalização no modo de seu gerenciamento. Dentro desta linha de pensamento, surgiu na Itália um grupo de estudiosos inspirados no pensamento de Antônio Gramsci que se utilizou dos conceitos marxistas para a compreensão da economia romana.

Em seu já citado texto, sobre os vinhedos de Columella, Andrea Carandini rejeita a ideia do historiador Moses Finley que negava a existência de uma racionalidade econômica nos moldes capitalistas. O autor procura afirmar, cautelosamente que, no mundo antigo, existia uma racionalidade, porém não nos moldes do capitalismo moderno. Tece críticas a estudiosos como Gunnar Mickwitz que afirmava existir dois de produção agrícola. A primeira totalmente empírica, típica das economias pré-capitalistas, e a segunda baseada nos princípios científicos racionais do capitalismo.

Quando o pesquisador italiano teceu críticas ao estudioso Gunnar Mickwitz, e o fez inspirado nas ideias de Witold Kula, pesquisador de origem polonesa que publicou sobre as propriedades na Polônia Medieval.

Os nobres naturalmente agradeciam qualquer coisa que aumentasse sua renda monetária usando menos para adquirir menos ferramentas que não fossem feitas ou utilizadas nas propriedades que fossem para promover a luxúria pública ou privada. Luxúria manual e produção artística com o uso de mãos e não de técnicas A policultura (setor natural) aparece nessas circunstâncias ao serviço da monocultura (setor monetário) apenas como um subalterno a serviço do seu superior. (Carandini, 1983, p. 184)

De acordo com Andrea Carandini, “a posição de Kula sobre as economias pré-capitalistas é radicalmente diferente de Mickwitz.

O seu método de cálculo pressupunha um puro mercado econômico que não existe no mundo medieval, escravo e em antigas economias” (Carandini, 1983, p.181).

Nesse sentido, podemos destacar a importância das vilas rurais em dois setores básicos: a policultura utilizada para o setor natural da propriedade, para prover bens para a sua própria subsistência, e a monocultura, ou “setor monetário”, para produzir para o mercado.

Em nossa reflexão, acreditamos que seja possível fazer uma crítica ao pensamento do estudioso italiano, qual seja, a persistência da busca de uma vila ideal. Isto é contradito, por suas próprias escavações como aquela de “Settefinestre”.

Podemos concluir que a vila, sua terra e ferramentas, nunca eram um complexo produtivo perfeitamente unificado para ser valoroso no conjunto de seus valores. Parte dele era produzido diretamente para o mercado, e daí poder ser relativamente valorizado. O resto fica especificamente fora do setor monetário. Aqui regular às custas e o dinheiro e renda não eram esperados, daí ele era destruído em função do valor usado, não em termos de dinheiro, mas colocado a serviço de um valor de troca que tenha mais extensão de ganhos. (Carandini, 1983, p. 184)

Norberto Guarinello elucidava que, após várias décadas de pesquisa, os estudiosos especializados em economia antiga têm debatido questões fundamentais, como a importância na difusão das relações econômicas no mundo greco-romano. O autor retoma a importância do debate realizado por Karl Bücher, Eduard Meyer, Max Weber e Moses Finley, tratando o último autor como um divisor de águas. No debate sobre a economia antiga, ele inclusive fundamenta sua crítica ao marxismo italiano representado por Carandini e busca ir além daquilo proposto pela historiografia escrita até o presente momento.

Guarinello buscou realizar uma crítica daquilo que o pesquisador italiano qualificava como uma vila escravista. De acordo com o autor, “para se estudar em curso na agricultura peninsular no período de sua progressiva unificação sobre a égide de Roma, devemos voltar nossa atenção para uma classe particular de edifícios rurais, que eram as casas das fazendas, núcleos isolados de habitação, de produção agrícola e que dominaram algumas regiões da Itália” (Guarinello, 1993,

p. 27). De fato, a transição que ocorria entre o final da República romana e a ascensão do Principado romano, nos leva a acreditar que a agricultura teve um papel fundamental, não somente na expansão territorial, mas para o surgimento das propriedades rurais.

A vila dessa forma, não se refere apenas a um modelo arquitetônico qualquer, mas a uma organização social específica do espaço rural, que por sua vez, estava claro nos escritores agrários a uma produção agrícola racionalizada no sentido de orientar-se para o mercado. De Catão a Columella, o uso da palavra vila preservou na verdade algumas características invariáveis referindo-se sempre habitável de uma propriedade rural cuja produção destinava-se à venda para o qual o trabalho escravo se não era ao menos importante. (Guarinello, 1993, p. 31-32)

De fato, a vila rural não poderia referir-se apenas a um simples modelo arquitetônico. Isto é justificado muitas vezes, pelos escritores agrários romanos, e o uso da palavra vila teria mantido alguns significados sempre se referindo a um espaço rural cuja produção era destinada para o mercado e com a existência do trabalho escravo. Seguindo essa linha de raciocínio, podemos afirmar que as vilas rurais não eram somente um espaço de moradia, mas um centro de produção econômica dos mais variados produtos passando pelo vinho, azeite e trigo e que não utilizavam somente de mão de obra escrava. Também se utilizava de trabalhadores livres, conforme descrevem os tratados de agricultura de Catão, Varrão e Columella e também eram centros produtores que efetivavam suas realizações para o mercado.

Neste caso, notamos que boa parte da bibliografia moderna não considera a vila apenas como um mero edifício rural ou um local de descanso dos patrícios romanos, mas como um fator de expansão da economia agrícola centrada na produção de produtos tais como o vinho e o azeite.

Mas para a parte ponderável da bibliografia moderna não representa somente um edifício rural isolado, uma casa de fazenda e sim uma forma de organização da economia agrícola centrada na produção de mercadorias em demanda de alto valor, como o vinho e o azeite, fundados esse é o ponto essencial na utilização da mão de obra escrava. A vila escravista toma-se assim certa categoria construída por um processo de fusão entre certas informações de escritores agrários e certos modelos da

sociedade romana, o que seria um grande fulcral na estrutura econômica da Itália escravista. (Guarinello, 1993, p. 34)

Mesmo não sendo o enfoque principal de nossa pesquisa, optamos por dedicar algumas linhas para a análise dos produtos produzidos nas propriedades romanas. Para tanto, nos serviremos de um artigo de Dennis Kehoe, “The Early Roman Empire: Production” (2008). De acordo com Kehoe, “os valores básicos da economia romana no início do Império eram utilizados para determinar a extensão do crescimento econômico, agregando os efeitos das mudanças econômicas em vários grupos da sociedade romana, incluindo a riqueza da aristocracia que residia nas cidades e daqueles que residiam nos campos” (Kehoe, 2008, p. 543).

Baseados nesses pressupostos, Kehoe tem razão ao afirmar categoricamente que os chamados valores básicos da economia romana nos dão um forte preceito sobre a importância da economia para o desenvolvimento do Império Romano.

Durante todo o período, a agricultura permaneceu a base da economia e do sistema fiscal imperial. Empregando a grande maioria da população do Império, a agricultura proveu a principal fonte de bem estar de classes elitizadas. O bem estar agrícola estava em alta e a classe da elite somente aumentou durante o curso do início do Império. (Kehoe, 2008, p. 547)

Notamos que de fato, a agricultura foi um dos principais fatores que levaram a expansão da economia em Roma, o campo empregava uma boa parte da população do Império. Produtos como vinho, o azeite e a cerealicultura colaboraram de forma positiva para o crescimento econômico e conseqüentemente representou um adendo para a elite romana. A propriedade não é uma condição necessária para ser camponês. Parte dos camponeses livres cultivava suas próprias terras, existiam grupos mais consistentes de indivíduos que trabalhavam em terras pertencentes a outras pessoas a quem emprestavam eventualmente sua força de trabalho (Kolendo, 1992, p. 169).

É compreensível notar a inter-relação entre os grandes proprietários e os pequenos proprietários:

Os fazendeiros seguiam várias estratégias para evitar riscos e aumentar sua segurança. Estas estratégias tenderam a evitar a diversificação de culturas do que investir em trabalho e recursos que melhorassem o rendimento. A estratégia mais comum em reduzir os riscos era a policultura misturando o cultivo de oliveiras, vinhedos e outras plantas, de pomares com cereais. Devido à colheita ser praticada em diferentes épocas do ano, a policultura permitia o trabalho durante todo o ano, enquanto aumentava sua produtividade de cada unidade da terra. (Kehoe, 2008, p. 552)

Os fazendeiros romanos possuíam diversas estratégias para manter sua segurança. Algumas dessas estratégias envolviam a diversificação das colheitas e investimento no trabalho. A prática mais comum nesse sentido era reduzir a prática da policultura, o que nos leva a crer que subsiste o ideal de uma monocultura dentro de propriedades romanas, o que levava a uma submissão do setor natural das propriedades frente ao setor monetário. O que gerava um aumento da produtividade em cada propriedade? A essa altura, é importante chamar atenção para a proximidade de pensamento do historiador Guarinello e do pesquisador estadunidense: a utilização da mão de obra existiu, mas não foi à única. Houve o declínio de alguns tipos de cultura, como o caso da cerealicultura, em substituição pela viticultura, que foi predominante durante boa parte do Império nas propriedades romanas. Para o autor:

As vilas desenvolveram um aumento sadio da classe de detentores de terra respondido às oportunidades que a agricultura comercial representava para o crescimento da cidade de Roma, e o seu aumento de poder no Mediterrâneo ocidental. Estas propriedades eram organizadas de tal maneira a permitir possíveis vantagens de gerenciamento e cultivo intensivo. (Kehoe, 2008, p. 556)

No tocante à mão de obra utilizada nas vilas, as vilas correspondiam não somente a ampliação da economia, mas também suas relações de poder que cresciam exponencialmente por todo o Mediterrâneo, o historiador francês Jean

Christian Dumont argumenta que as vilas rurais não eram essencialmente escravistas (Dumont, 1999, p. 114).

Logo, a organização da produção da vila era mais complexa do que poderíamos supor, embora seja difícil calcular a quantidade de trabalhadores livres ou escravos dentro do universo rural. Em nossa opinião, o já citado historiador Aldo Schiavone é importante para compreensão da economia romana, principalmente quando pensamos na relação entre o centro e a periferia do mundo antigo. O autor deixa transparecer que é compreensível que a economia natural subsidiasse a economia monetária.

Nada de semelhante ocorreu na economia romana. Nesta, a parte mais importante das atividades produtivas sempre se desenvolveu dentro da moldura do campo e da renda senhorial, e o capital comercial mesmo se desenvolvendo de forma notável, nunca conseguiu penetrar na esfera da produção e tornar-se propriamente capital industrial, este permaneceu confinado em um espaço a parte como simples mediador entre a produção agrícola não destinada à subsistência da mão de obra, e os consumidores do excedente, concentrados nas áreas urbanas. (Schiavone, 2005, p. 147)

Tendo em vista esta relação, é possível observar que a economia romana ao longo de toda a sua história centrou-se no campo, ao contrário do que acreditavam muitos estudiosos que a economia coexistia com as atividades urbanas, já que a produção agrícola não era simplesmente destinada à subsistência da mão de obra, somente o seu excedente era entregue para as áreas urbanas. Contudo, o que nos chama atenção do pensamento deste autor é a afirmação de que a escravidão no mundo antigo era o sistema mais complexo, o verdadeiro propulsor do Mediterrâneo do ponto de vista produtivo como pode ser visto nas citações abaixo:

A propriedade escravista tornou-se assim de forma racional por excelência da mão de obra servil, a base de qualquer manufatura, e o proprietário de terras e de escravos, o protagonista de toda a organização produtiva. Invertendo-se as palavras, mas não o conteúdo, pode-se dizer que é impossível abstrair a sociedade romana, as suas bases materiais, suas ideias, sua mentalidade do contexto escravista do qual se expressou por tanto tempo. (Schiavone, 2005, p. 180)



Neste sentido, a propriedade escravista não possuía apenas a questão de certa racionalidade econômica, dentro de todo esse processo podemos identificar uma racionalidade ideológica. De acordo com José Ernesto Moura Knust, “os conteúdos de uma racionalidade específica, determinados por uma relação social específica de uma sociedade, invariavelmente passaram pelos conflitos sociais, seja pelas formas de dominação, exploração e controle no caso das classes dominantes” (Knust, 2011, p. 88). Para o autor:

O processo de uma construção de uma racionalidade ideológica entendida como uma busca por uma maximização da satisfação das necessidades sociais como hierarquizadas pelos sistemas de valores gerados pela ideologia, tal ideologia construída a partir das relações sociais e conflitos de classe na qual se inserem a classe analisada. (Knust, 2011, p. 90)

Tendo em vista esta afirmativa, notamos que de fato a racionalidade ideológica é compreendida como uma busca de maximização das ideias sociais baseada principalmente nas questões ideológicas. Neste momento, podemos concordar com o estudioso Terry Eagleton, em seu livro intitulado *Ideology: an introduction*: “A ideologia pode significar uma série de crenças motivadas por interesses sociais, o que poderia ser implicado de uma forma onde a dominação fosse presente” (Eagleton, 1991, p. 17). Logo:

Existem certas formas de pensar princípios pré-estabelecidos e o estilo de pensar que afirmamos ser racionalista, era geralmente culpada por esse erro. Mas isto nos faz lembrar que toda a ideologia é racionalista. A crença que a ideologia é esquemática, inflexível, na sua forma de enxergar o mundo, de uma forma mais modesta e com uma visão mais pragmática do seu modo de compreender o mundo. (Eagleton, 1991, p. 19)

Após realizarmos essa análise da historiografia que enfatiza os aspectos das vilas rurais como formas de produção e economia, na segunda etapa deste capítulo, procuraremos apresentar que as vilas descritas nos tratados agronômicos eram também locais onde os grandes proprietários e até mesmo os imperadores recolhiam-se para o descanso e a prática do ócio.

E mais do que isso, eram unidades cuja descrição aponta para os aspectos ideológicos importantes da auto-representação da elite romana.

## **2.2. As vilas rurais como projeções aristocráticas de status social**

Estudos mais recentes têm apontado que as vilas rurais, não eram meros locais de produção econômica, mas também locais de status e prestígio social. De acordo com John Bodel, “o significado das casas romanas como um símbolo de status e como um ícone cultural-, tem sido muito estudado nos últimos anos” (Bodel, 1997, p. 5). Entretanto, há algumas perguntas que devem ser feitas: O que é uma vila rural? O que levou a vila a ser um local de status social para determinado grupo da sociedade romana? De uma maneira geral, a vila correspondia a uma residência da elite que se encontrava no campo e que possuía um espaço para a atividade econômica (Lêveque, 2002, p. 7).

As obras dos agrônomos latinos (Catão, Varrão e Columella) são importantes para compreender o universo da elite romana entre os séculos II a.C. e I d.C.

As vidas de Catão, Varrão e Columella compartilham de alguns aspectos importantes. Apesar de não terem nascido em Roma, partiram dela, onde assentaram e desenvolveram suas respectivas carreiras políticas. Uma vez separados de suas carreiras políticas, se dedicaram a escrever suas obras sobre agricultura baseando-se em suas próprias experiências pessoais, já que os três eram proprietários. (Muñoz Fornell, 2002, p. 3)

Mas, de acordo com o historiador Alejandro Muñoz Fornell, “tem sido os diversos pontos de vista apontados por autores antigos e modernos e na hora de analisar o termo vila podemos dizer que tanto na Antiguidade como atualmente se reduzem basicamente a dois conceitos” (Muñoz Fornell, 2002, p. 5). Dessa forma, afirma o autor:

A modesta construção no campo a serviço da exploração agrária. A residência luxuosa concebida para o tempo livre e o descanso vinculado a propriedade da terra. Então cabe se perguntar por que dar o nome a duas realidades tão distintas? (Muñoz Fornell, 2002, p. 7)

Na passagem acima, observamos que existia duas formas enxergar as propriedades rurais: a primeira era baseada em uma modesta construção no campo a serviço da exploração agrária. E a segunda, na qual dos deteremos, era uma residência luxuosa concebida para o tempo livre e o descanso vinculado à propriedade da terra. Para uma possível resposta ao questionamento do historiador espanhol devemos analisar o seu desenvolvimento histórico. A própria palavra “vila” ficou refém do contexto geográfico da qual a propriedade ficava localizada, isto representava inclusive uma auto- representação feita pela elite romana e demonstrando os seus aspectos ideológicos. Neste contexto:

Portanto, ainda que no sentido estrito a palavra vila defina o habitat rural por extensão se conhece o termo vila todo o conjunto da propriedade rural. A suntuosa vila de recreio, a mansão de veraneio concebida como um local de afastamento em que os homens ricos do estado, e os próprios imperadores, buscaram comodidade, descanso, e desfrute de uma paisagem conectados com a propriedade da terra. (Munõz Fornell, 2002, p. 4)

Partindo desta perspectiva, notamos que as vilas como forma de uma projeção aristocrática e de status social não se restringia apenas a uma elite local, mas incluía a própria corte imperial onde o imperador buscava comodidade e tranquilidade. Dois locais conhecidos eram a “vila de Capri”, pertencente ao imperador Tibério, e a Vila de Adriano.

Os tratados agronômicos escritos entre os séculos II a.C. a I d.C. possuem muitos aspectos em comum. Contudo, o tratado columeliano possui uma característica que lhe era única. A vila descrita por Columella em seu primeiro livro é descrita como sendo dividida em urbana, rústica e frumentária, mas é o primeiro setor da vila que dava ao seu dono uma projeção de status social:

*A pars dominica* ou urbana constitui o setor nobre, pois é o lugar de residência reservado ao senhor, o dono da propriedade, sua família, seus hóspedes, ainda que não exclua a possibilidade de que pudera alojar também o administrador. A necessidade de que o dono habite uma fazenda campestre em períodos significativos para a mesma, obriga a criação de um edifício que cumpra com sua função residencial. (Muñoz Fornell, 2002, p. 6)

O setor urbano das vilas rurais era o setor mais nobre que estes locais possuíam, pois é ali é o local de residência, do senhor, do nobre, nessas estadias esporádicas, encontravam-se sua família, seus hóspedes e até mesmo o administrador da propriedade que representava o senhor em sua ausência. O autor elucidada de forma importante a divisão entre a propriedade rural como unidade de produção e a vila como um local para a prática do ócio. Na medida em que os proprietários estendiam sua permanência nas propriedades, estas se tornaram mais complexas. De acordo com Muñoz Fornell, “os domicílios do *procurator* e do *vilicus*, pessoal vinculado à gestão da vila, em um primeiro momento tal como se desprende da obra columeliana, estiveram vinculados à parte rústica, junto e próximo de onde se guardam as ferramentas” (Muñoz Fornell, 2002, p. 9). Sendo assim:

Em linhas gerais, durante o Alto Império as vilas eram praticamente granjas, pois simples e só visitada por seus proprietários em momentos de grande movimento. Este grupo de corte aristocrático ou nobiliária, que revela novos gostos e aspirações criara em torno de si um poder de base rural, paralelo com a cidade, cujo centro material eram as vilas que abrigavam ao mesmo tempo, seus proprietários, ao estabelecimento de sua força política e econômica. (Muñoz Fornell, 2002, p. 11)

Ao concluir suas reflexões, concordamos com o historiador espanhol, que quando o senhor encontrava-se em suas propriedades a inter-relação política entre campo e cidade continuava forte, pois da mesma forma estes senhores não se desvinculavam das relações políticas que existia nas cidades. Nesse sentido, acreditamos que a melhor forma de raciocinar é pensar estes elementos de uma forma conjunta. Conforme, Annalisa Marzano, “as vilas ou as residências de elite, combinavam atividades residenciais com atividades produtivas em diferentes funções na sociedade romana” (Marzano, 2007, p. 5). De acordo com a autora:

De imediato, as residências elegantes e as unidades de produção, as vilas eram típicas do mundo romano. Elas eram uma expressão não somente de um estilo de vida, mas da sociedade em geral, as vilas eram membros emblemáticos das classes superiores ou alvo de aspiração. (Marzano, 2007, p. 9)

No conjunto de todas estas representações, a casa de campo ocupava um lugar privilegiado nas construções ideológicas da elite romana, e estava fortemente enraizada na mentalidade dos senadores romanos como também era alvo de aspiração de equestres e de libertos que conseguiram adquirir certa riqueza:

Desde que a vila rural foi originalmente uma unidade produtiva da terra, quando os hábitos da elite se ajustavam a prática do ócio, a ideia da vila rural como um local de descanso permaneceu ligado a ideia de agricultura na imaginação coletiva. (Marzano, 2007, p. 89)

Os tratados de agronomia seriam o suporte literário de tal ideologia:

A agricultura é mostrada pelo trabalho de escritores tais como Cato, Varro e Columella pelo fato que, na ideologia da elite romana, a palavra Villa se referia primeiro e mais importante ao que nos denominamos Villa rústica, que rendia receitas aos proprietários por meio de commodities. Seus livros sobre agricultura, endereçados primeiro à elite de senadores, equivale à teorização e conceituação moral da superioridade das atividades agrícolas. (Marzano, 2007, p. 85)

A agricultura de fato foi um fator extremamente importante no que concerne a economia seja em seu período republicano seja no período do principado, já que era nas próprias vilas que a elite composta por senadores e equestres demonstrava a superioridade das atividades agrícolas. Conforme a própria autora chamou atenção anteriormente em seu texto, sabemos que a vila não era somente um local de produção agrícola, mas era utilizado para o treino da mente e do corpo do nobre romano. Entretanto, temos o conhecimento prévio quando os historiadores analisavam as “vilas”, estes logo estavam falando daquilo que teria sido criado na época de Catão e desenvolvido nos tratados de Varrão e Columella tendo a parte urbana dedicada ao senhor da herdade e a parte rústica utilizada para a exploração do trabalho escravo e a plantação das vinhas e das oliveiras (Marzano, 2007, p. 125).

Um historiador que nos dá uma visão peculiar das vilas rurais como objetos de projeção aristocrática é Paul Veyne no ensaio intitulado “Império Romano” (1989). Entretanto, antes de explorarmos a questão das propriedades, analisaremos a questão da agricultura no Império Romano. De acordo com Veyne, “a agricultura compreende principalmente pequenos camponeses independentes e meeiros que trabalham para grandes proprietários” (Veyne, 1989, p. 52). Em suas palavras:

A desvalorização da riqueza não proveniente das terras constitui uma rejeição ao arrivista. Pois enquanto a principal riqueza era o solo cultivado, e a agricultura constituía igualmente a fonte mais importante de renda, ser rico significava possuir terras, era aplicação financeira universal (Veyne, 1989, p. 106)

Diante destas argumentações propostas pelo historiador francês é possível observar algumas questões importantes. Durante o Império Romano, possuir terras significava ter poder:

A propriedade do solo é bem mais ampla do que a agricultura, um terreno pode ser cultivado. O solo comporta assim empresas de toda a espécie, não é impossível que os notáveis possuíssem não só a terra cultivada, mas as habitações urbanas. (Veyne, 1989, p. 128)

Partindo desse ponto de vista, notamos que a vila não se resumia apenas à agricultura. Era considerada como uma fonte de riqueza e com uma forte conotação entre o campo e a cidade, já que o mesmo autor chama atenção das moradias que as vilas tornavam-se por um bom tempo. Mesmo que a agricultura não fosse o principal foco de análise de Paul Veyne neste ensaio, na sequência buscamos apreender como ele percebe as vilas rurais.

Para o historiador francês as propriedades rurais transformavam-se em grandes centros da mesma maneira que o fórum público tornava-se um lugar privado. Este quadro é refletido na seguinte passagem:

Tendem agora a dominar sua cidade de seus palácios opulentos e de suas vilas um pouco afastados dos grandes centros tradicionais da vida pública. Palácios e vilas não são lugares de retiro, mas antes o foro que se tornou privado (Veyne, 1989, p. 226).

Ao longo de todo o Império Romano, as vilas romanas deixaram de serem centros tradicionais de vida pública, já que o autor não concorda com Annalisa Marzano que tinha em mente as propriedades como locais de retiro. Neste contexto:

Se for certo que elas constroem vilas suntuosas no coração de suas propriedades rurais, nunca até uma época que sai do quadro da antiguidade no sentido mais extenso do termo, desertam das cidades, onde se decide seu destino político e, portanto seu destino geral, onde elas sempre conservam sua residência principal. (Veyne, 1989, p. 273)

No que procede até o presente momento, encontramos dentro da historiografia brasileira, o trabalho do historiador Fábio Duarte Joly, que procurou enfatizar uma leitura política em vez de uma leitura economicista. Em “Espaço, Poder, Escravidão no *De Re Rustica* de Columella” (2003), afirma, “decerto que a produção agrícola ou pastoril é o pressuposto da composição dessa obra, mas disso não decorre a priori que critérios exclusivamente econômicos regeram as concepções de organização do espaço e da mão de obra no interior da propriedade” (Joly, 2003, p. 285), nos aspectos políticos e ideológicos que despontam da obra de Columella.

### 2.3. A autorepresentação da elite no *De Re Rustica*, de Columella.

Sobre a vida de Columella, não dispomos de muitas informações. De acordo com E. S. Foster, “Columella nasceu e passou seus primeiros anos de vida na cidade de Gades (Cádiz), um município romano ao sul da Espanha. Ele não menciona seus pais, apenas um tio chamado Marcus Columella que viveu na mesma província possivelmente vivendo junto com ele nos primeiros anos de vida” (Foster, 1950, p. 123). Mirian T. Griffin observa que Columella “faz muitas referências a Sêneca que possuía propriedades em Nomento, a Júlio Gálio e M. Trebélío Máximo. Este último pode ter sido o legado no qual em 36 d.C. Columella teria servido como tribuno militar estacionado na Síria. Uma inscrição funerária encontrada em 1685 e hoje perdida atesta essa informação” (Griffin, 2003, p. 89). René Martin acrescenta que possuía, “terras na região do Lácio, na Toscana e na Ardea” (Martin, 1971, p. 1174). Quanto a sua produção intelectual, perdeu-se um tratado de astrologia, restando apenas o seu *De Re Rustica*, composto provavelmente durante o principado de Nero. De acordo com Myles Lavan, “se a relação entre o imperador e a corte senatorial flutuava no período da dinastia dos Júlios-Cláudios, os primeiros imperadores experimentaram uma nova cultura política centrado na corte imperial” (Lavan, 2013, p. 71). O imperador era uma figura distante, os responsáveis por colocar a lei em prática eram os prefeitos das cidades, os governadores.

Nero ascendeu ao poder no ano 54 d.C. após o conflituoso governo de seu antecessor Cláudio, governou o império até o ano de 68 d.C. dando cabo a dinastia dos Júlios-Cláudios. Columella se insere numa longa tradição literária de escritos sobre a agricultura. De acordo com Christiane Reitz, “o tratado escrito por Catão, foi o primeiro texto escrito em forma de prosa, sobre o assunto que sobreviveu até os nossos dias, este não escreveu uma antologia sobre as fazendas, mas detalhadas instruções agrícolas sobre as propriedades. Assim como Varrão é mencionado por ter escrito um tratado de agricultura escrito no século I a.C. também existia uma tradição poética sobre agricultura. Virgílio escreveu as *Geórgicas*, o exemplo latino a partir de uma tradição que teria sido iniciada com Hesíodo com seu *Trabalhos e os Dias*” (Reitz, 2013, p. 276).

No tocante à estrutura do *De Re Rustica* temos a seguinte divisão dos livros. O primeiro livro contém uma introdução geral e disserta sobre o problema



da gestão da propriedade, o segundo livro, trata do cuidado da terra e as colheitas. Os terceiros, quarto e quinto livros são dedicados ao cultivo, aos enxertos à poda das árvores frutíferas, o sexto livro contém instruções para cuidar do gado, dos cavalos, das mulas, junto com um discurso sobre a medicina veterinária. O sétimo livro continua o assunto, mas com referência a pequenos animais, como ovelhas, cabras, porcos e cães. O oitavo livro versa sobre o gerenciamento das aves de capoeira e os viveiros de peixes. O nono livro trata das abelhas. O livro X foi escrito em hexâmetros para satisfazer um pedido de Cláudio Augustal, sendo um poema sobre jardins, *De arboribus*. O livro XI restringe-se a falar da função dos capatazes e o livro XII considera as atribuições da *vilica* e traz diversas receitas. As tradições das fontes dividiam-se em dois grupos.

O manuscrito mais antigo é o *Codex Sangermanensis Petropolitanus* 207(=S), um manuscrito aparentemente datado do século IX escrito na cidade de Corbie na França, transferido depois para Abadia de St. Germain des prés e agora na biblioteca estadual de São Peterburgo. Outro manuscrito provavelmente escrito em Fulda na Alemanha e agora na Biblioteca Ambrosiana em Milão, do século IX ou X, o *Codex Ambrosiano* L.85 sup. (=A). Outro grupo consiste em vinte manuscritos datados do século XV que provavelmente descendia dos manuscritos que estava nas mãos do humanista italiano Poggio Bracciolini (Reitz, 2013, p. 277).

Para Columella, o modelo ideal de vila seria aquele que o proprietário cuidasse da terra; não sendo isso possível, a propriedade deveria estar sobre a supervisão do capataz. E por último uma propriedade que estivesse sobre a supervisão do *vilicus* sem a intervenção do senhor. O modelo advogado pelo agrônomo gatadino reconhecia a impossibilidade de uma residência permanente dentro da propriedade. Em suas palavras:

Eu sou da opinião, portanto, que a terra deva ser comprada nas proximidades, de modo que o proprietário possa visitá-la sempre e anunciar que suas visitas serão mais frequentes do que ele realmente pretendia; pois assim, sob tal temor, capataz e trabalhadores trabalharão.<sup>1</sup>

---

<sup>1</sup> Censeo igitur in propinquo agrum mercari, quo et frequenter dominus veniat et frequentius venturum se quam sit venturus denuntiet. Sub hoc enim metum cum família vilicus erit in officio. (I, 2, 1)

Na passagem acima, observamos que o autor recomende aos seus leitores para que as propriedades fossem compradas perto das cidades, para que estes mesmos não descuidassem das suas atividades civis e dos cargos que possuíam dentro das cidades. Esta relação fica clara quando identificamos qual o público para quem Columella escreve o seu tratado:

Sempre escuto os principais homens de nosso estado, condenando a esterilidade do solo e agora a inclemência do clima, por algumas estações passadas foram prejudiciais às colheitas, de uns, eu escuto a reconciliação, com um raciocínio bem fundamentado, pelo fato do solo estar bem desgastado pela superprodução dos primeiros dias, já que não pode fornecer sustento aos mortais com a mesma benevolência de antigamente.<sup>2</sup>

É importante notar que Columella utilizou-se de recursos retóricos como forma de exaltação do seu conhecimento. Isto era conhecido não somente nos demais tratados agrícolas, mas como em outros textos do mundo romano. Deste modo, é possível concordar com a historiadora italiana Eralda Noè quando afirma, “como parte de uma classe social, Columella expressava a avaliação de acordo com sua crença filosófica em que o estoicismo seria a oposição ao epicurismo, assim como a transposição de um conflito ideológico” (Noè, 2002, p. 24). Tendo esta relação em vista, conseguimos identificar Columella como membro da classe equestre, um indivíduo que teria acesso à corte senatorial.

Conseguindo efetuar esta análise notamos que a relação com o seu tratado era também uma relação política:

Tais razões, Públio Silvino estou convencido da verdade, por isso é um pecado supor que a natureza dotada de uma fertilidade perene dada pelo criador do universo é afetada com aridez, assim como algumas doenças; e a um homem de bom julgamento acreditar que a terra cujo lote lhe foi atribuído uma divina e duradoura juventude, e que é chamada de mãe comum de todas as coisas e destinada a produzir de um modo contínuo tenha ficado velha de um jeito mortal.<sup>3</sup>

---

<sup>2</sup> Saepenumero civitatis nostrae principes audio culpantes modo agrorum infecunditatem, modo caeli per multa iam tempora noxiam frugibus intemperiem, quosdam etiam praedictas querimonias velut ratione certa mitigantes, quod existiment ubertate prioris aevi defatigatum et effectum solum nequire pristina benignitate praebere mortalibus alimenta. (I, Pref., 1)

<sup>3</sup> Quas ego causas, Publi Silvine, procul a veritate abesse certum habeo, quod neque fas sit existimare rerum naturam, quam primus ille mundi genitor perpetua fecunditate donavit, quasi quodam morbo sterilitate affectam; neque prudentis credere tellurem, quae divinam et aeternam iuventam sortita, communis omnium parens dicta sit, velut hominem consenuisse. (I, Pref., 2)

De acordo com Peter D. Carrol, “Silvino é mencionado no trabalho de Columella e é conhecido por inúmeras referências principalmente como um amigo ou dono de uma propriedade” (Carrol, 1976, p. 784). Columella chama atenção da elite de seu tempo, pois estes não poderiam culpar os trabalhadores pela intempérie do clima:

E, além disso, eu não acredito que tais infortúnios nos aconteçam como resultado da fúria dos elementos, mas sim pela nossa própria falha no assunto agrícola, o qual todos nossos ancestrais trataram com melhor cuidado, e nós entregamos aos piores de nossos escravos, como a um carrasco para a punição.<sup>4</sup>

Ao apontar as críticas aos seus conterrâneos, este retoma a ideia dos ancestrais e a importância do trabalho agrícola e daquilo que o autor toma como referência: os seus piores escravos (*pessimo cuique servorum*). Columella estabeleceu que quanto maior o status social que o senhor possuía menor era o interesse em assuntos agrícolas; conseqüentemente, a utilização do trabalho escravo seria aprofundada.

Esta mesma aristocracia que deixava as propriedades nas mãos dos escravos ou da relação de patronato que se constrói nesse momento a crítica do autor encontra-se nessa passagem:

Devo julgar digno de honra à falsa perseguição do homem que faz saudações por dinheiro e observando qual era a hora de descanso do seu senhor? Ou devo julgar com mais sorte aquele toda noite como um escravo acorrentado presta saudações ao preço de sua desonra. Pois não é com uma escravidão voluntária que a honra é comprada. Se de tais coisas os bons homens deveriam refugiar-se eles deveriam encontrar tudo isto na agricultura.<sup>5</sup>

---

<sup>4</sup> Nec post haec reor violentia caeli nobis ista sed nostro potius accidere vitio qui rem rusticam pessimo cuique servorum velut carnifici noxae dedimus, quam maiorum optimus quisque et optime. (I, Pref., 3)

<sup>5</sup> An honestius duxerim mercenarii salutatoris mendacissimum aucupium circumvolitantis limina potentiorum, somnumque regis sui rumoribus augurantis? Neque enim roganti quid agatur intus respondere servi dignantur. An putem fortunatius a catenato repulsum ianitore saepe nocte foribus ingratis adiacere, miserrimoque famulatu per dedecus, fascium decus et imperium, profuso tamen patrimonio, mercari? Nam nec gratuita servitute, sed donis rependitur honor. Quae si et ipsa et eorum similia bonis fugienda sunt, superest, ut dixi, unum genus liberale et ingenuum rei familiaris augendae, quod ex agricolatione contigit. (I, Pref., 9, 10)

A passagem acima ecoa um questionamento que Columella realizava aos seus conterrâneos, principalmente no que concerniam as relações de amizade que existiam entre determinados grupos entre os mais abastados e os menos abastados. Uma solução que o autor considerava relevante era a utilização da agricultura não apenas para se manter mas motivados por um determinado ideal. De acordo com Keith Bradley, “com um alto grau de hierarquização, Columella apontou aproximadamente trinta e sete funções entre trabalhadores livres e escravos” (Bradley, 1987, p. 37), o historiador aponta a diversidade dos números dos trabalhadores que não se restringiam aos escravos. Nesse caso, é possível compreender a crítica de Columella aos seus conterrâneos:

Mas se um homem rico compra uma fazenda, fora dos grandes centros, mas se a idade permitir, ele manda a bancarrota os campos, enquanto tais serviços requerem não somente conhecimento, mas vigor da idade, e força física assim como para suportar as privações; ou seja, se os proprietários são moderados além de suas mãos, ele incube alguém que agora repele o dinheiro a ser feito dele um capataz ou trabalhar como um superintendente.<sup>6</sup>

Columella escreveu, portanto o próêmio de sua obra a uma determinada elite que havia abandonado antigos preceitos que existiam na República Romana, pois o ideal para nosso autor era aquele cidadão que continuava ligado à cidade, porém possuía fortíssimas relações com o campo e deste modo demonstra sua insatisfação com esta situação:

Quando observo estas coisas revejo em minha mente e reflito sobre a unanimidade vergonhosa que a disciplina rural foi abandonada passando de seu uso temeroso que isso possa ser vergonhoso em um sentido degradante para os homens que nasceram livres.<sup>7</sup>

---

<sup>6</sup> Sed sive fundum locuples mercatus est, e turba pedisequorum lecticariorumque defectissimum annis et viribus in agrum relegat; cum istud opus non solum scientiam, sed et viridem aetatem cum robore corporis ad labores sufferendos desideret; sive mediarum facultatum dominus, ex mercenariis aliquem, iam recusantem quotidianum illud tributum [qui vectigalis esse non possit], ignarum rei cui praefuturus est, magistrum fieri iubet. (I, Pref., 12)

<sup>7</sup> Quae cum animadvertam saepe mecum retractans quam turpi consensu deserta exoleverit disciplina ruris vereor flagitiosa et quodam modo pudenda ingenuis aut inhonesta sit. (I, Pref., 13)

Na passagem acima, Columella demonstra estar pesaroso, pois o mundo que ele contemplava já não tinha espaço para a auto-representação do homem camponês como um cidadão ligado tanto ao assunto do Estado quando do próprio cuidado de seus lotes de terra. Para realçar uma prática aristocrática Columella utilizou-se de um ideal do passado republicano, quando o cidadão tinha o costume de alternar atividades da cidade com o campo. Neste quadro:

Pois assim, como M. Varrão reclamou no dia de nossos ancestrais, todos nós que somos chefes de família paramos e nos infiltramos dentro das muralhas das cidades, e oferecemos nossas mãos aos teatros e aos circos, em vez das searas e das vinhas, nós olhamos com admiração e espanto a postura dos homens efeminados porque seus movimentos enganam os olhos dos espectadores. E logo em seguida para que possamos participar adequadamente da festa nos quais passamos os dias inteiros nos banhos para que possamos passar as noites nas bebedeiras e possamos ser abençoados pela fortuna sem ver o raiar do sol.<sup>8</sup>

Neste aspecto, podemos compreender o claro conflito entre a cidade e o campo, para Columella era preferível que o cidadão romano não se esquecesse da relação que ele deveria ter com sua propriedade. Este quadro que o autor considerava desastroso foi utilizado em seu tempo, pois esta aristocracia possuía maiores interesses na cidade do que nas atividades camponesas. De acordo com Ângela Maria Nogueira, “o ofício do agricultor sempre será mais digno do que aqueles desenvolvidos na cidade, nos quais dificilmente associam-se com a dignidade do homem” (Nogueira, 2006, p. 26). Segundo Columella:

Para aqueles que professam serem mestres nessa ciência, deve-se ter uma visão perspicaz das obras da natureza, eles não devem ser ignorantes nas variações da latitude e ser apurado naquilo que em outras regiões é incompatível. Ele deve ter em mente, que ao observar as estrelas não podem começar suas operações quando as chuvas e os ventos estiverem ameaçando sua labuta.<sup>9</sup>

---

<sup>8</sup> Omnes enim (sicut M. Varro iam temporibus avorum conquestus est) patres familiae falce et aratro relictis intra murum correpsimus, et in circis potius ac theatris, quam in segetibus et vinetis manus movemus, attonitique miramur gestus effeminatorum, quod a natura sexum viris denegatum muliebri motu mentiantur, decipiantque oculos spectantium. Mox deinde ut apti veniamus ad ganeas, quotidianam cruditatem Laconicis excoquimus, et exsucto sudore sitim quaerimus, noctesque libidinibus et ebrietatibus, dies ludo vel somno consumimus; ac nosmetipsos ducimus fortunatos, quod nec orientem solem vidimus nec occidentem. (I, Pref., 15-17)

<sup>9</sup> Nam qui se in hac scientia perfectum volet profiteri, sit oportet rerum naturae sagacissimus, declinationum mundi non ignarus, ut exploratum habeat, quid cuique plagae conveniat, quid

Os senhores das propriedades deveriam ter uma excelente noção da arte da agricultura, pois estes deveriam ter noção das inúmeras variedades de solos existentes no campo, deveria conhecer as variações de latitude, deve ter em mente que quando as chuvas e os ventos começavam a ameaçar o trabalho. O agrônomo gatadino começa então a passar instruções para seus leitores visando o gerenciamento das propriedades agrícolas:

Aquele que se dedica a agricultura deve entender que ele deve chamar em seu auxílio dos recursos mais fundamentais: o conhecimento do assunto significa para custear as despesas. Para conhecimento e vontade não basta qualquer pessoa, sem os meios que as tarefas exigem por outro lado, eles vão fazer, mas sem ter o conhecimento da arte e a principal coisa de cada propriedade e para saber o que pode trazer um grande prejuízo para os proprietários quando o trabalho tem sido mal feito.<sup>10</sup>

O conflito entre cidade e campo é visível no tratado columeliano. Desta maneira o autor sugere aos seus conterrâneos que aparentemente estavam preocupados com as atividades das cidades que estes comprassem suas propriedades perto dos locais de moradia para que as pudessem visitar com maior frequência. Uma grande parte da população italiana possuía propriedades e estas eram pequenas propriedades. De acordo com Pasquale Rosafio, “a terra representava uma grande fonte de riqueza e mantinha o emprego do trabalho escravo como forma de exploração” (Rosafio, 1994, p. 115). Segundo Columella:

Alguém que tenha comprado terras deve vender sua casa, porque ele não terá o desejo de adorar os deuses domésticos da cidade, mas sim do campo, o homem que tem prazer na sua residência na cidade não tinha o prazer de estar no campo. Este preceito se pudesse ser mudado em nosso tempo, eu não o modificaria. Mas como as coisas estão intimamente ligadas, com a ambição política, muitas vezes nos mantém à distância e classificá-lo e ter uma propriedade mais perto da cidade que até

---

repugnet; siderum ortus et occasus memoria repetat, ne imbribus ventisque imminentibus opera inchoet, laboremque frustretur. Caeli et anni praesentis mores intueatur. (I, Pref., 22)

<sup>10</sup> Neque enim scire aut vele cuiquam satis fuerit sine sumptibus quos exigunt opera; nec rursus faciendi aut impendendi voluntas profuerit sine arte, quia caput est in omni negotio nosse quid agendum, sit maximeque in agricultura in qua voluptas facultasque citra scientiam saepe magnam dominis adferunt iacturam cum imprudenter facta opera frustrantur. (I, I, 2)

mesmo um homem ocupado possa visitar suas propriedades depois de ir ao fórum.<sup>11</sup>

De acordo com Lin Foxhall, “além disso, existe uma dificuldade da utilização do trabalho escravo para o cultivo das grandes propriedades, contudo, isso ainda trazia certa dificuldade para os senhores” (Foxhall, 1990, p. 100). A cidade de fato era o centro político e econômico do proprietário, por este motivo ele passava estas indicações. Citando Columella:

Para os homens que compram lotes a grandes distâncias através dos mares, estão assumindo heranças de seus escravos ainda vivos, pois é certo que os escravos são corrompidos pela grande distância do seu mestre e uma vez corrompidos pela expectativa dos demais para retomar aos locais dos atos vergonhosos que cometem eles estão mais decididos à pilhagem do que ao cultivo.<sup>12</sup>

Este quadro é revelado através da passagem logo abaixo:

Pois cabe ao chefe de família, o cuidado de dar a volta em cada pedaço de sua propriedade com bastante frequência e em todas as estações do ano, para que ele possa observar a natureza do solo se na folhagem e na grama ou em culturas amadurecidas que ele não venha ser ignorante do que possa ser feito corretamente.<sup>13</sup>

Nas passagens acima, depreende-se a visão de Columella sobre aqueles que eram os responsáveis pelo cuidado da propriedade. O foco de sua crítica é o absenteísmo dos proprietários:

---

<sup>11</sup> Qui agrum paravit, domum vendat, ne malit urbanum quam rusticum larem colere. Cui magis cordi fuerit urbanum domicilium, rustico praedio non erit opus. Quod ego praeceptum, si posset his temporibus observari, non immutarem. Nunc quoniam plerosque nostrum civilis ambitio saepe evocat ac saepius detinet evocatos, sequitur ut suburbanum praedium commodissimum esse putem, quo vel occupato quotidianus excursus facile post negotia fori contingat. (I, 1, 18)

<sup>12</sup> Nam qui longinqua ne dicam transmarina rura mercantur, velut haeredibus patrimonio suo, vel quod gravius est, vivi cedunt servis suis; quoniam quidem et illi tam longa dominorum distantia corrumpuntur, et corrupti post flagitia, quae commiserunt, sub expectatione successorum, rapinis magis quam culturis student. (I, 1, 20)

<sup>13</sup> Nam diligentem patrem familias decet agri sui particulas omnes et omni tempore anni frequentius circumire, quo prudentius naturam soli sive in frondibus et herbis, sive iam maturis frugibus contempletur: nec ignoret quicquid in eo recte fieri poterit. (I, 2, 1)

E como já afirmei nem mesmo aqueles que tem a labuta constante e a experiência do inspetor da fazenda nem os meios e nem a vontade em gastar dinheiro para aproveitar a presença do senhor, pois a sua presença não é constante atendendo ao trabalho aos negócios acreditamos que o comandante seja absenteísta.<sup>14</sup>

Nesse sentido, é crucial para nossas análises compreender o processo da autorepresentação da elite rural no *De Re Rustica* de Columella. A seguir procuramos analisar o trabalho e poder na vila columeliana, suas relações espaciais e como isto refletia na distribuição do poder na vila.

---

<sup>14</sup> Ac ne ista quidem praesidia, ut diximus, non assiduus labor et experientia villici, non facultates ac voluntas impendendi tantum pollent, quantum vel una praesentia domini: quae nisi frequens operibus intervenerit, ut in exercitu cum abest imperator, cuncta cessant officia. (I, 1, 18)



## CAPÍTULO 3

### TRABALHO, PODER e STATUS NA VILA COLUMELIANA

O terceiro capítulo desta pesquisa busca mostrar como Columella procurou compreender as vilas em termos espaciais e geográficos especialmente na organização e divisão do trabalho. Em um segundo momento, procuramos trabalhar a questão do trabalho e o poder na vila e, por último, o proprietário rural e o seu status social.

#### 3.1. O espaço do poder na vila columeliana

Dentro do universo rural romano devemos ter em mente que as vilas deveriam ser localizadas em determinados espaços e trazer certos benefícios. Assim escreveu Columella:

A vila é sempre bem localizada quando ela está perto do mar e recebe o choque das ondas e é borrifada com suas ondas, não localizada necessariamente na costa, mas também não muito distante da água.<sup>15</sup>

A localização das vilas rurais era uma questão geralmente estratégica, não somente por sua localização geográfica, mas também pela questão do status social. A historiografia moderna nos aponta que as vilas rurais não eram os únicos locais em que os nobres se refugiavam, pois também existiam as vilas litorâneas. De acordo com Ellen Churchill Semple, “a antiga agricultura do Mediterrâneo precisou se ajustar a um complexo grupo de condições geográficas” (Semple, 1928, p. 61). De acordo com Columella:

---

<sup>15</sup> Optime autem salubribus, ut dixi, locis ad orientem vel [ad] meridiem, gravibus ad septentrionem villa convertitur. Eademque semper mare recte conspicit, cum pulsatur ac fluctu respergitur; numquam ex ripa, sed haud paulum submota a litore. (I, 5, 5)

Por estas razões, meu conselho é evitar tais desvantagens e estabelecer as vilas nem muito próximas e nem muito longe da estrada principal, e num lugar muito mais alto de modo que ela fique de frente para o nascer do sol no período do equinócio.<sup>16</sup>

Esse absenteísmo dos grandes proprietários era consequência do caráter citadino desse tipo de estrutura agrária. O autor nos dá uma descrição interessante não somente de sua localização geográfica. As vilas deveriam ter locais específicos para a plantação das vinhas e do trigo, além de pomares. Desta forma, Columella procura fazer uma descrição da vila que ele considerava como ideal:

O tamanho das vilas e dos seus alojamentos deve ser proporcional ao que está dentro e deve ser dividido em três grupos: a vila urbana (casa maior), a vila rústica (casa da fazenda) e o armazém. A casa maior deve ser dividida em quartos de inverno e de verão, de modo que os quartos de inverno estejam voltados para o nascer do sol durante o solstício de inverno e a sala de jantar voltada para o pôr do sol.<sup>17</sup>

De todo o modo, a divisão tripartite que existia na concepção das vilas descritas pelo agrônomo de Gades reforça, na verdade, antigas concepções do processo evolutivo do século II a.C. ao I d.C. Na descrição realizada pelo autor compreendemos que existe uma divisão semelhante à relação que o proprietário tinha na cidade, ou seja, era utilizada para a recepção de sua família e amigos. A vila rústica compreendia as atividades que eram realizadas no campo e o armazém com as ferramentas. Fábio Duarte Joly acrescenta que “a orientação da construção segue critérios exclusivamente climáticos. Na descrição, ele sugere princípios hierárquicos entre os aposentos prevalecendo a ideia de livre circulação entre elas” (Joly, 2003, p. 197). Diante das seguintes argumentações, sobre a presente fonte, sugerimos que Columella apresenta esta definição:

---

<sup>16</sup> Propter quae censeo eiusmodi vitare incommoda, villamque nec in via nec pestilenti loco, sed procul et editiore situ condere, sic ut frons eius ad orientem aequinoctialem directa sit. (I, 5, 7)

<sup>17</sup> Modus autem membrorumque numerus aptetur universo concepto, et dividatur in tres partes, urbanam, rusticam et fructuariam. Urbana rursus in hiberna et aestiva sic digeratur, ut spectent hiemalis temporis cubacula brumalem orientem, coenationes aequinoctialem occidentem. (I, 6,1)

Exceto em partes devotadas ao uso agrícola, haverá uma alta e espaçosa cozinha para que os transeuntes possam ficar livres do perigo do fogo, e oferecer um local conveniente para o escravo da dona da casa em cada estação do ano. Ele deve ser melhor do que os cubículos que são utilizados para os escravos acorrentados, construir e admitir o sol do meio dia no equinócio. Para aqueles que estão acorrentados em uma prisão subterrânea tão sadia quanto possível, recebendo luz por janelas estreitas e tão altas que não poderiam ser tocadas com as mãos.<sup>18</sup>

Na passagem acima é possível analisar a relação entre espaço e poder na obra de Columella no que concerne à hierarquização dos trabalhadores nas propriedades romanas. De acordo com Annalisa Marzano, “Columella dá uma descrição precisa das características deste espaço em seu tratado; nada mais era do que um espaço bem iluminado com janelas altas pelas quais o escravo não poderia fugir” (Marzano, 2007, p. 149). Nas palavras da autora:

O *ergastulum* é descrito contrastado com a *cellae* entendendo a região que o escravo iria ficar. Da mesma forma que Catão e Varrão utilizam-se da diferenciação entre os escravos que ficavam presos e não ficavam, estes dois autores não utilizavam o termo *ergastulum* que eram utilizados para separar estas regiões. (Marzano, 2007, p. 151)

Entretanto, em uma análise mais apurada, em todos os sítios arqueológicos explorados não foram encontrados nenhuma evidência que existia este tipo de espaço nas propriedades que tinham sido analisadas. Neste caso, nota-se a existência de responsáveis de responsáveis pela supervisão na ausência dos seus senhores:

Os alojamentos devem ser providenciados para o capataz ao longo da entrada para que de modo possa observá-la vendo que todos entram em saem, isto é para o capataz, devido às mesmas razões, próximo a ambos e onde o armazém tem todos os materiais deve ser guardado dentro de um armário com os implementos de ferro.<sup>19</sup>

---

<sup>18</sup> At in rustica parte magna et alta culina ponetur, ut et contignatio careat incendii periculo et in ea commode familiares omni tempore anni morari queant. Optime solutis servis cellae meridiem aequinoctialem spectantes fient; vincitis quam saluberrimum subterraneum ergastulum plurimis, sitque id angustis inlustratum fenestris atque a terra sic editis, ne manu contingi possint. (I, 6, 3)

<sup>19</sup> Vilico iuxta ianuam fiat habitatio, ut intrantium executumque conspectum habeat, procuratori supra ianuam ob conspectum habeat, procuratori supra ianuam ob easdem causas; et is tamen vilicum observet ex vicino sitque utriusque proximum horrerum, quo conferatur omne rusticum instrumentum et intra id ipsum clausus locus, quo ferramenta recondantur. (I, 6, 7)

Deste modo, observamos que a questão espacial é extremamente importante para nosso autor inclusive quando tratamos sobre a questão do *vilicus*. De acordo com Égon Maroti, “as diferenças fundamentais entre os pequenos trabalhadores era que estes se baseavam em uma autarquia e acabavam sendo diretamente ligados ao gerenciamento da propriedade” (Maroti, 1976, p. 111). Do mesmo modo, os trabalhadores que estavam sob a supervisão do capataz e deveriam residir nas proximidades para facilitar o seu controle:

Os quartos para vaqueiros e pastores devem ser adjacentes aos seus respectivos deveres de modo a ser conveniente. E todos devem ser alojados tão perto quanto possível do outro, de modo que a diligência do feitor, não possa ser sobrecarregada ao fazer a ronda de diversos lugares e aqueles que possam ser testemunhas de indústrias ou de diligências.<sup>20</sup>

Na passagem acima se encontra uma clara referência aos trabalhadores livres já que estes geralmente não eram escravos. O próprio autor chama atenção de seus leitores para a possibilidade do trabalho do feitor não ser sobrecarregado quando este realizava a sua ronda. Dentro da divisão tripartite que o agrônomo romano nos apresenta, podemos analisar a *pars rustica* que englobava os estábulos de inverno e de verão. Neste contexto:

Para o gado deve haver estábulos sem problemas de calor ou frio, para animais sem trabalho deve se tiver dois conjuntos de baías uma para o inverno e outra para o verão e para animais próprios para se manter em alojamentos devem-se ter locais parcialmente cobertos e com muros altos de modo que possam descansar no inverno e a céu aberto no verão sem serem atacados por animais selvagens.<sup>21</sup>

É importante salientar que Columella não descreve apenas a parte nobre da propriedade, mas descreve também o ambiente rural e o local onde se deveria guardar as ferramentas de trabalho.

---

<sup>20</sup> *Bubulcis pastoribusque cellae ponantur iuxta sua pecora, ut ad eorum curam sit opportunus excursus. Omnes tamen quam proxime alter ab altero debent habitare, ne vilici diversas partes circumeuntis sedulitas distendatur et ut inter se diligentiae et negligentiae cuiusque testes sint.* (I, 6, 8)

<sup>21</sup> *Pecudibus stabula quae neque frigore neque calore infestentur. Domitis armentis duplicia bubilia sint, hiberna atque aestiva. Ceteris autem pecoribus, quae intra villam esse convenit, ex parte tecta loca, ex parte sub dio parietibus altis circumsaepita, ut illic per hiemem, hic per aestatem sine violentia ferarum conquiescant.* (I, 6, 4)

Neste contexto a *pars fructuaria* compreende as produções destinadas ao vinho, ao azeite e ao trigo, incluindo um espaço de banho para os escravos. Em suma:

Quanto à parte destinada ao armazenamento de produtos, ela deve ser dividida em quartos para a prensa de óleos e vinhos, para o resfriamento do feno e da palha, salas de armazenamento de grãos mantidos no nível do chão para cuidar de produtos líquidos como óleo e vinho, mas os grãos como tenho dito devem ser acessados por escadas e receber ventilação por pequenas aberturas voltadas para o norte devido ao fato de ser mais frio e menos úmido. E estas considerações contribuem para a preservação dos grãos armazenados. E não tenho dúvidas que o melhor local para armazenar grãos seja um silo com teto arqueado, chão de terra antes de ser coberto com resíduos de óleo. As paredes são rebocadas de argila e produtos armazenados contra carunchos que os destruíam rápido. Se deixado em repouso, somente a parte superior será atacada por que os carunchos procriam não mais do que um palmo abaixo; é melhor correr o risco somente na parte infestada do que no todo. A sala de extração de óleo e armazenamento deve ser mais quente porque cada líquido é raleado com o calor e engrossado com muito frio e se ele congela, o que raramente acontece, ele fica rançoso. A sala de tachos, onde o vinho aquecido é fabricado, não deve ser estreita e nem escura, de modo o trânsito em volta do local não tenha inconveniências. A sala de fumaça também, na qual a madeira curta possa ser armazenada rapidamente numa seção localizada junto à sala de banho das pessoas. Para isto é importante que haja tais locais nos quais os mantenedores da casa possam se banhar, mas somente em feriados, por que o banho frequente não induz vigor físico. As salas de armazenamento de vinho serão situadas melhor do que nestes locais de onde a fumaça sobe para envelhecer o vinho mais rápido quando ele é induzido à maturidade por um tipo de fumaça.<sup>22</sup>

---

<sup>22</sup> Pars autem fructuaria dividitur in cellam oleariam, torculariam, cellam vinariam, defrutariam, fenilia paleariaque et apothecas et horrea, ut ex iis quae sunt in plano, custodiam recipiant humidarum rerum tamquam vini aut olei venalium; siccae autem res congerantur tabulatis, ut frumenta, foenum, frondes, paleae ceteraque pabula. Sed granaria, ut dixi, scalis adeantur, et modicis fenestellis aquilonibus insporentur. Nam ea caeli positio maxime frigida et minime humida est; quae utraque perennitatem conditis frumentis afferunt. Eadem ratio est <quae> in plano sitae vineariae cellae, quae submota procul esse debet a balineis, furno, sterquilinio reliquisque immunditiis tetrum odorem spirantibus: nec minus a cisternis aquisque salientibus, quibus extrahitur humor, qui vinum corrumpit. Neque me praeterit, sedem frumentis optimam quibusdam videri horreum camara contectum, cuius solum terrenum prius quam consternatur, perfossum et amurca recenti non salsa madefactum, velut Signinum opus pilis condensatur. Tum deinde cum exaruit, simili modo pavimenta testacea, quae pro aqua receperint amurcam mixta calci et arenae, supersternuntur, et magna vi paviculis inculcantur atque expoliuntur, omnesque parietum et soli iuncturae testaceis pulvinis fibulantur. Quoniam fere cum in his partibus aedificia rimas egerunt, cava praebent et latebra subterraneis animalibus. Sed et lacubus distinguuntur granaria, ut separatim quaeque legumina ponantur. Parietes oblinuntur amurca subacto luto, cui pro paleis admista sunt arida oleastri, vel, si ea non sunt, oleae folia. Deinde cum praedictum tectorium inaruit, rursus amurca respergitur, qua siccata frumentum infertur. Ea res ab noxa curculionum et

Tendo em vista estas questões da *pars fructuaria* principalmente quando tratamos do cuidado para a preservação do vinho e do azeite, os locais para os armazenamentos deveriam ter algumas características especiais: por exemplo, a utilização dos silos. A organização do espaço que referimos até o presente momento reflete inclusive na diferenciação dos trabalhadores da vila, que será abordada logo em seguida.

### 3.2. Trabalho e poder na vila

No tocante à questão do tratamento dispensado aos trabalhadores, enfatizou Columella:

O senhor deve tomar cuidado especial com os homens ao seu serviço. E estes são colonos ou escravos, soltos ou acorrentados [*uel coloni uel serui sunt soluti aut uincti*]. Com os colonos deve ter um comportamento amigável, tratando-os afavelmente e deve ser mais exigente com relação ao trabalho do que com o pagamento da renda, pois assim os ofende menos, e, contudo obtém um rendimento maior. Pois quando a terra é cultivada com cuidado, geralmente rende lucros, e raramente perdas, a não ser que sobrevenham tempestades ou ladrões: e por isso o colono não ousará pedir uma redução na renda devida. Mas o senhor não deve ser severo no cumprimento de

---

similium animalium commodissime videtur conditas fruges defendere; quae nisi diligenter repositae sint, celeriter ab eis consumuntur. Sed id genus horrei, quod scripsimus, nisi [sit in] sicca positione villae, quamvis granum robustissimum corrumpit situ: qui si nullus adsit, possunt etiam defossa frumenta seruari, sicut transmarinis quibusdam provinciis, ubi puteorum in modum, quos appellant siros, exhausta humus, editos a se fructus recipit. Sed nos in nostris regionibus, quae redundant uligine, magis illam positionem pensilis horrei, et hanc curam pavimentorum et parietum probamus. Quoniam, ut rettuli, sic emunita sola et latera horreorum prohibent curculionem. Quod genus exitii cum incidit, multi opinantur arceri posse, si exesae fruges in horreo ventilentur, et quasi refrigerentur. Id autem falsissimum est: neque enim hoc facto expelluntur animalia, sed immiscentur totis acervis; qui si maneant immoti, summis tantum partibus infestantur, quoniam infra mensuram palmi non nascitur curculio; longeque praestat id solum, quod iam vitiatum est, quam totum periculo subicere. Nam cum exiget usus, facile est, eo sublato, quod vitiatum erit, integro inferiore uti. [Sed] haec, etsi extrinsecus, non tamen intempestive videor hoc loco rettulisse. Torcularia praecipue cellaeque oleariae calidae esse debent, quia commodius omnis liquor vapore solvitur, ac frigoribus magis constringitur. Oleum, quod minus provenit, si congelatur, fracescet. Sed ut calore naturali est opus, qui contingit positione caeli et declinatione, ita non est opus ignibus aut flammis, quoniam fumo et fuligine sapor olei corrumpitur. Propter quod torcular debet a meridiana parte illustrari, ne necesse habeamus ignes lucernamque adhibere, cum premitur olea. Cortinale ubi defrutum fiat, nec angustum nec obscurum sit, ut sine incommodo minister, qui sapam decoquet, versari possit. Fumarium quoque, quo materia, si non sit iam pridem caesa, festinato siccetur, in parte rusticae villae fieri potest iunctum rusticis balneis. Nam eas quoque refert esse, in quibus familia, sed tantum feriis, lavetur. Neque enim corporis robori convenit frequens usus earum. Apothecae recte superponentur his locis, unde plerumque fumus exoritur; quoniam vina celerius vetustescunt, quae fumi quodam tenore praecoquem maturitatem trahunt. Propter quod et aliud tabulatum esse debebit, quo amoveantur, ne rursus nimia suffumatione medicata sint. (I, 6, 9-20)

cada detalhe do contrato com o colono, como cobrar no dia exato do pagamento, ou exigir madeira ou outros serviços menores coisas que causam mais mal-estar do que trabalho aos camponeses [*rustici*] [...] Em fazendas muito distantes, difíceis para o dono visitar, é melhor, em qualquer tipo de terra, cultivá-las com colonos livres do que com capatazes escravos, em especial se produzem trigo. Nessas terras um colono não pode causar grandes danos, como poderia no caso de vinhedos ou culturas arbustivas, enquanto escravos trazem grandes prejuízos: eles alugam o gado, e mantêm-no mal alimentado juntamente com os outros animais; não aram a terra com cuidado e afirmam ter semeado muito mais semente do que a realmente empregada; não cuidam do que efetivamente plantaram a fim de que cresça; e quando trazem a colheita para a debulha, diariamente diminuem o total, seja pelo roubo ou pelo pouco caso. Pois eles próprios o roubam ou não se incomodam que outro roube, e nem após guardado deixam de falsificar as contas. O resultado é que tanto o capataz quanto a mão-de-obra tornam-se desonestos, e a propriedade adquire má fama. Assim, minha opinião é de que tal propriedade deve ser arrendada se, como disse, não pode contar com a presença do dono.<sup>23</sup>

Na passagem acima, Columella chama atenção de seus leitores a dois tipos de trabalhadores em suas propriedades. Os trabalhadores livres e os escravos, uma parte destes encontravam-se soltos e outros que trabalhavam acorrentados. Na opinião do agrônomo gatadino, as terras que eram cultivadas pelos colonos dariam mais lucro e menos trabalho. O nobre romano não possuía propriedades apenas próximas das cidades; para aquelas que ele não teria condições de se deslocar todas as vezes a sugestão do autor é utilizar o trabalho livre, pois quanto menos interesse o proprietário tivesse nas terras, ele utilizaria consequentemente o

---

<sup>23</sup> His omnibus ita vel acceptis vel compositis, praecipua cura domini requiritur, cum in ceteris rebus, tum maxime in hominibus. Atque hi vel coloni vel servi sunt, soluti aut vincti. Comiter agat cum colonis, facilemque se praebeat. Avarius opus exigat quam pensiones, quoniam et minus id offendit, et tamen in universum magis prodest. Nam ubi sedulo colitur ager, plerumque compendium, numquam (nisi si caeli maior vis aut praedonis accessit) detrimentum affert, eoque remissionem colonus petere non audet. Sed nec dominus in unaquaque re, cum colonum obligaverit, tenax esse iuris debet, sicut in diebus pecuniarum, ut lignis et ceteris parvis accessionibus exigendis, quarum cura maiorem molestiam quam impensam rusticis licet. [...] In longinquis tamen fundis, in quos non est facilis excursus patris familias, cum omne genus agri tolerabilius sit sub liberis colonis quam sub villicis servis habere, tum praecipue frumentarium, quem et minime (sicut vineas aut arbustum) colonus evertere potest, et maxime vexant servi, qui boves elocant, eosdemque et cetera pecora male pascunt, nec industrie terram vertunt, longeque plus imputant seminis iacti quam quod severint; sed nec quod terrae mandaverint sic adiuvant, ut recte proveniat, idque cum in aream contulerunt, per trituram cotidie minuunt vel fraude vel negligentia. Nam et ipsi diripiunt, et ab aliis furibus non custodiunt. Sed nec conditum cum fide rationibus inferunt. Ita fit ut et actor et familia peccent, et ager saepius infametur. Quare talis generis praedium, si, ut dixi, domini praesentia cariturum est, censeo locandum. (I, 7, 1; 6-7)

trabalho escravo. Por este motivo o agrônomo sugere que não utilizasse trabalho escravo em demasia. Conforme citamos anteriormente esta relação não está presente apenas em Columella, mas em autores como Varrão<sup>24</sup>.

Entretanto, o autor chama atenção do seu público leitor para o fato de que existiam muitos trabalhadores que falsificavam as contas destas propriedades e acabavam por trazer má fama a estas propriedades. De acordo com Rafael de Bivar Marquese, “essas recomendações aproximam-se muito daquilo que Columella fala sobre a questão, por exemplo, ouvir a versão dos escravos, antes de puni-lo ou então não permitir que houvesse atitudes discordantes entre o senhor e o feitor acerca da punição do cativo” (Marquese, 2004, p. 59). De todo o modo, é possível notar uma crítica contundente da parte de Columella àqueles que empregam no campo escravos acostumados com o trabalho na cidade. Em seguida acrescenta sobre o modo de tratamento da escravaria:

No caso de outros escravos, os seguintes preceitos devem ser observados, eu não me arrependo, falar sem familiaridades com o escravo do campo, explicando que somente ele não tem conduzido com frequência mais apropriadamente com os escravos da cidade, quando percebia que alguns trabalhos não tinham sido concluídos foi em devido com a amizade com o feitor, eu seria imparcial com eles e permitiria mais liberdade para terminar. Atualmente, eu fiz isso, uma prática para opinar sobre os outros trabalhos e descobrir assim o tipo de habilidade para cada um deste tipo de inteligência.<sup>25</sup>

Notamos a crítica do autor para aqueles proprietários que estavam utilizando escravos urbanos para os trabalhos do campo. Como consequência deste acontecimento, muitas das atividades não eram realizadas e o efeito desejado não se encontrava nas propriedades. T. J. Wiedemann afirma, “a instituição da escravidão teria servido como forma para o desenvolvimento de

---

<sup>24</sup> Falarei agora daquelas coisas com as quais cultivamos uma fazenda. Alguns as dividem em duas partes, os homens e os instrumentos de trabalho, sem os quais não se pode cultivar. Outros em três partes: instrumentos vocais, semi-vocais e mudos. Os que tem voz, como os escravos, os semi-vocais como os bois, e os mudos, como os carros. Todos os campos são cultivados com escravos, livres ou ambos: com os livres, seja quando são próprios a trabalhar com sua família, ou assalariado, quando se aluga o trabalho de homens livres nos grandes trabalhos agrícolas, como a vindima ou a colheita do feno, ou mesmo com *obaerarii*, como nós o chamávamos, e que existem ainda em grande quantidade na Ásia, no Egito ou na Albânia. Sobre todos estes digo o seguinte: nos lugares malsãos é melhor cultivar com assalariados do que com escravos e, mesmo nos lugares salubres, nos períodos de grande trabalho, como na colheita dos frutos da vindima ou do trigo. (Varrão, *De re rustica*, I, 2, 3)

<sup>25</sup> In ceteris servis haec fere praecepta servanda sunt, quae me custodisse non paenitet, ut rusticos, qui modo non incommode se gessissent, saepius quam urbanos familiarisque alloquerer; et cum hac comitate domini levare perpetuum laborem eorum intelligerem, nonnumquam etiam iocarer, et plus ipsis iocari permitterem. Iam illud saepe facio, ut quasi cum peritioribus de aliquibus operibus novis deliberem, et per hoc cognoscam cuiusque ingenium, quale quamque sit prudens. (I, 8,15)



diferentes funções e em diferentes sociedades” (Wiedemann,1985, p. 162). Nesse contexto a figura do capataz:

O próximo ponto diz aos escravos, que o trabalho deve ser adequado a quem ou aquele que lhe deve ser atribuído. Portanto meu conselho é para que no início não seja para designar um supervisor para este tipo de escravo que são fisicamente atraentes e certamente não da classe que se ocupou com os afazeres voluptuosos da cidade. No entanto esta classe de escravos sonolentos e preguiçosos acostumados com o ócio, com o Campo, com o circo, com os teatros, tabernas, prostíbulos, nunca se esquecem desses divertimentos, e quando levam para a agricultura o senhor perde muito. Pois deve ser escolhido um escravo que já esteja acostumado com o trabalho agrícola desde a mais tenra infância.<sup>26</sup>

Na citação acima observamos que o autor faz uma inter-relação entre os escravos do campo e os escravos citadinos, estes últimos considerados como preguiçosos já que frequentavam os teatros, as tabernas e os lupanares. A sugestão do autor é utilizar um trabalhador agrícola desde a sua mais tenra idade. Podemos compreender que o próprio *vilicus* correspondia a uma tentativa de estender o poder do proprietário. Neste contexto elucidam-se que:

Portanto, como tenho dito, o futuro capataz deve ser forte e duro com os serviçais nas operações com o gado e primeiro deve ser testado para ver se não aprendeu totalmente a ciência agrícola, mas ele também mostra fidelidade e ligação ao superior por que sem essas qualidades o mais perfeito conhecimento é inútil.<sup>27</sup>

---

<sup>26</sup> Proxima est cura de servis, cui quemque officio praeponere conveniat, quosque et qualibus operibus destinare. Igitur praemoneo ne villicum ex eo genere servorum, qui corpore placuerunt, instituamus; ne ex eo quidem ordine, qui urbanas ac delicatas artes exercuerit. Socors et somniculosum genus id mancipiorum, otiis, campo, circo, theatris, aleae, popinae, lupanaribus consuetum, numquam non easdem ineptias somniat, quas cum in agriculturam transtulit, non tantum in ipso servo, quantum in universa re detrimenti dominus capit. Eligendus est rusticis operibus ab infante duratus et inspectus experimentis. (I, 8, 1-2)

<sup>27</sup> Quare, sicut dixi, docendus et a pueritia rusticis operibus edurandus multisque prius experimentis inspiciendus erit futurus vilicus, nec solum an perdidicerit disciplinam ruris, sed an etiam domino fidem ac benivolentiam exhibeat, sine quibus nihil prodest vilici summa scientia. Potissimum est autem in eo magisterio scire et existimare, quale officium et qualis labor sit cuique iniungendus. Nam nec valentissimus possit exsequi, quod imperatur, si nesciat, quid agat, nec peritissimus, si sit invalidus. (XI, 1, 7)

Columella sugere aos seus leitores que o capataz deve ser forte e coerente com os serviçais e especialmente nas operações junto ao gado; deve ser um conhecedor da ciência agrícola, mas antes de tudo mostrar fidelidade ao senhor, pois sem ter todas estas características o conhecimento é considerado inútil. É possível concordar que o autor considerava a agricultura como uma *scientia*. Deste modo:

É apropriado que um capataz deva supervisionar sua fazenda, caso não seja o primeiro e nem o último estágio de sua vida. Despedir um escravo novato da mesma maneira que um homem idoso, da mesma forma que o primeiro não tenha aprendido as primeiras atividades agrícolas e o último não possa ser conduzido a sua juventude e os façam novatos, enquanto a velhice faz dos homens mais lentos. Mas a idade é importante para que se desempenhe tal função se não houver acidentes este homem poderá exercer sua função durante 35 a 60 anos.<sup>28</sup>

De todo o modo, notamos claramente que Columella apontava que existia claramente uma relação hierárquica entre os escravos mais antigos e os mais novos, sendo que os mais antigos não apresentavam o mesmo vigor de outrora e os mais novos não possuíam todo o preparo adequado. Entretanto, muitas vezes o capataz ficava responsável pelos negócios do senhor:

Ele não deve continuar nenhum negócio por conta própria, nem investir os fundos do seu mestre em gado, e outros bens para a compra e a venda, e por um tipo de tráfico que o desvia a atenção do supervisor nunca lhe permitem equilibrar as contas com seu mestre, mas quando uma prestação das contas é exigida ele tem bens para mostrar em vez de dinheiro.<sup>29</sup>

O autor afirma categoricamente que o capataz não poderia ter nenhum negócio próprio e nem investir os fundos do seu mestre em gado, e outros bens para a compra e a venda, que este deveria prestar suas contas através de bens.

---

<sup>28</sup> Vilicum fundo familiaeque praeponi convenit aetatis nec primae nec ultimae. Nam servitia sic tirunculum contemnunt ut senem, quoniam alter nondum novit opera ruris, alter exsequi iam non potest, atque hunc adulescentia neglegentem, senectus illum facit pigrum. Media igitur aetas huic officio est aptissima, poteritque ab anno quinto et tricesimo usque in sexagesimum et quintum, si non interveniant fortuita corporis vitia, satis validi fungi muneribus agricolae. (XI, 1, 3-4)

<sup>29</sup> Neve negotietur sibi, pecuniamve domini aut animalibus aut rebus aliis promercalibus occupet. Haec enim negotiatio curam villici avocatur, nec umquam patitur eum cum rationibus domini paria facere; sed ubi numeratio exigetur, rem pro nummis ostendit. (I, 8, 13)

Nesta passagem, observa-se que o *praefector* possuía uma posição especial nesta grande hierarquia social e a sua relação com os demais membros dessa micro-sociedade que eram as vilas romanas. Sobre as qualidades do capataz observa-se:

Portanto quando ele assume os deveres do capataz, este deve ser instruído na arte da agricultura, evitando particularmente intimidade com os membros da casa ainda mais com os estranhos. Ele deve-se abster do vinho e do sono, ambos sendo compatíveis com a perda da memória para os embriagados. Assim ele ficará mais cuidadoso com seus afazeres e muitas coisas são compatíveis são esquecidas de reportar por aqueles que dormem excessivamente.<sup>30</sup>

O capataz era uma figura escolhida pelo senhor da propriedade que deveria ter algumas características importantes: ser instruído na arte da agricultura, deveria evitar contatos com os membros da casa (senhor) e ainda mais com os estranhos. Deveria se abster do vinho e do sono e zelar pelos seus afazeres. Deveria ser um indivíduo de confiança do senhor, pois ficaria no lugar do proprietário na sua ausência. De acordo com Jean Andreau, “a atenção dos historiadores tem mudado abruptamente para outro grupo de escravos por serem tão importantes economicamente quanto os escravos do sexo masculino, às vezes chamados de superintendentes” (Andreau, 1998, p. 105). Podemos considerar que estas eram as características essenciais do *vilicus*:

Um capataz, portanto deve observar para que os escravos vão imediatamente pelo início da manhã, andando organizadamente, mas marchando como soldados que estão indo para a batalha com vigor e estão mostrando interesse em seguir o capataz que os lidera e os encoraja no seu trabalho atual, com várias exortações de tempos em tempos, ajudar aquela cuja força está falhando tomar suas ferramentas por momentos e fazer um trabalho com um vigor exemplar.<sup>31</sup>

---

<sup>30</sup> Igitur complurium agrestium formatus artibus, qui susceperit officium villicationis in primis convictum domestic multoque etiam magis exteri vitet. Somni et vinis it abstinentissimus quae utraque sunt inimicissima diligentiae. Nam et ebrioso cura officii pariter cum memoria subtrahitur et somniculosum plurima effugiunt. (XI, 1, 13)

<sup>31</sup> Hoc igitur custodire oportet villicum ne statim prima luce familia cunctanter et languide procedat sed velut in aliquod proelium eum vigore et alacritate animi praecedetem eum tamquam ducem strenue sequatur variisque exhortationibus in opere ipso exhilaret laborantes: et interdum tamquam deficienti succursurus ferramentum auferat parumper, et ipse fungatur eius officio, moneatque sic fieri debere, ut ab ipso fortiter sit effectum. (XI, 1, 17)

Na passagem acima, fica evidente a comparação que Lucio Moderato Columella procura fazer entre o *vilicus*, escravo que ficava responsável pelo trabalho dos demais escravos que se encontravam nas propriedades, com o *dux* ou chefe militar. No contexto romano, usam-se a imagem da escravidão para expressar as estruturas políticas por meio de uma metáfora da escravidão (Roller, 2001, p. 218). Fica evidente em nossa análise que Columella procura transpor a sua experiência como tribuno militar em terras sírias para as vilas que procura descrever. E, entretanto, essas diferenças são para demonstrar as relações de poder que existiam inclusive na diferenciação dos trabalhadores agrícolas. Dessa forma, elenca Columella:

Ele deve manter seus escravos vestidos e fora da cama para o serviço e não vestidos refinadamente, o que significa estar protegido do frio e da chuva, ambos evitando colocar casacos de pele com manga e gorros. Assim, quase em todo o inverno os dias poderiam ser suportados enquanto trabalham. Portanto, o capataz deve examinar a roupa do mesmo modo que as ferramentas do jeito que tenho dito, duas vezes ao mês.<sup>32</sup>

Columella aponta que o capataz deveria ser o responsável pelo cuidado da vestimenta dos escravos; este mesmo escravo que era da confiança do senhor deveria averiguar todas as questões para que estes mesmos escravos pudessem suportar o frio para que as propriedades pudessem ser mantidas. Desta forma nos apresenta o autor:

Ele não deveria oferecer sacrifícios sem a instrução do senhor e não ter a iniciativa de concordar com os videntes ou previsões de fortunas, por que ambas as classes de pessoas tem a mente perturbada com superstições.<sup>33</sup>

O capataz era desaconselhado a oferecer sacrifícios sem as instruções do senhor, deveria tomar cuidado com os videntes e com as superstições.

---

<sup>32</sup> Cultam vestitamquefamiliam utiliter magis habeat quam delicate, id est munitam diligenter a frigoribus et imbribus, quae utraque prohibentur optime pellibus manicatis et sagatis cucullis, idque si fiat, omnis paene hiemalis dies, in opere tolerari possit. Quare tam vestem servitiorum, quam, ut dixi ferramenta bis debbit omnibus mensibus recensere. (XI, 1, 21)

<sup>33</sup> Sacrificia nisi ex praecepto domini facere nesciat: haruspicem sagamque sua sponte non noverit quae utraque genera vana superstitione rudes animos infestante. (XI, 1, 22)

Ele não deve frequentar a cidade ou qualquer festa, exceto para a venda ou a compra de algo extremamente importante, não indo além dos limites da propriedade, nem em sua ausência dar aos escravos o parar de trabalhar e cometer erros; Ele deve impedir que façam trilhas e novas fronteiras na propriedade. Ele deve evitar receber a visita de pessoas estranhas e somente se vier com um amigo do seu senhor. Ele não deve usar escravos para seus serviços próprios e nem permitir que qualquer um deles vá além dos limites das propriedades a não ser por grande necessidade.<sup>34</sup>

O autor condena veementemente a presença do *vilicus* na cidade, a não ser que fosse algo extremamente importante; ele deveria evitar a presença de pessoas estranhas e nem utilizar os escravos para seus serviços próprios e evitar ao máximo sair dos limites das vilas. Neste quadro subentende-se que:

Seriam aqueles preceitos bem conhecidos, velhos, mas excelente, em moralidade, os quais estão fora de uso atualmente: Que um supervisor não deva empregar os serviços de um escravo camarada exceto em negócios, que ele não divida a comida e não dentro da casa, nem comida destinada ao restante; fazendo assim, ele verá que o pão é feito com cuidado e outras coisas são preparadas com o devido cuidado.<sup>35</sup>

Na passagem acima, Columella avisa aos seus leitores que os escravos que estavam sob seu controle não deveriam entrar em contato a não ser que fossem em negócios e que este não dividisse a comida dentro da casa. Deste modo, podemos entender o quão importante era a relação do *vilicus* com os demais escravos da propriedade:

O capataz deverá considerar o que é difícil de observar mesmo no tocante aos maiores poderes, isto é não agir de forma muito cruel ou indolente, com os subordinados, é preciso sempre incentivar os bons e empenhados, poupar os menos aptos e agir moderadamente para que eles mais respeitem a sua severidade do que odeiem sua crueldade. E poderá obter isso se preferir cuidar para que um trabalhador não erre do que se errar

---

<sup>34</sup> Non urbem, non ullas nundinas nisi vendendae aut emendae rei necessariae causa, frequentaverit. Neque enim coloniae suae términos egredi debet, nec absentia sua familiae cessandi aut deliquendi spatium dare. Semitas novosque limites in agro fieri prohibeat. (XI, 1, 23)

<sup>35</sup> Iam illa vetera sed, optime moris, quae nunc exoleverunt, utinam possint obtineri: ne conservo ministro quoquam, nisi in re domini utatur; ne cibum nisi in conspectu familiae capiat neve alium quam qui ceteris praebetur. (I, 8, 12)

puni-lo. Pois não há mais nada eficaz para controlar o pior dos homens do que lhe retirar dia a dia suas tarefas.<sup>36</sup>

Na passagem acima, Columella sugere que os feitores ou capatazes não deveriam ser cruéis com os escravos, estes deveriam incentivar aqueles que eram empenhados e tentar evitar ao máximo as punições aos trabalhadores. De toda a forma, observa-se que o capataz possui um papel especial nas vilas descritas por Columella.

O capataz deve observar dois pontos fundamentais: não tirar as algemas a quem o dono tenha destinado algum castigo, a não ser que tenha sido autorizado e não libertar ninguém que esteja acorrentado, antes que o senhor conheça as circunstâncias; e o senhor da casa deve tomar um cuidado particular com este escravo para que não seja tratado injustamente com relação as suas roupas ou outros benefícios. Pois os escravos podem estar submetidos a um grande número de pessoas, o capataz, o supervisor, o carcereiro podem sofrer uma punição injustamente. Assim um senhor cuidadoso inquiria sobre eles e também sobre os escravos não acorrentados, pois estes são mais dignos de crédito, se estão recebendo o que lhes é devido segundo o que lhes ordenará[...] Ele deva dar a oportunidade de queixar-se daquelas pessoas que os tratam mal. Com efeito, eu às vezes defendo aquele cuja uma justa causa de queixa e puno aqueles que incitam os escravos à revoltas e caluniam seus supervisores; por outro lado recompenso aqueles que se comportam com energia e diligência. Para as mulheres que são muito férteis, devem-se recompensar por criarem certo número de filhos e às vezes concedo a liberdade, após terem criados muitos filhos. Pois para uma mãe de três filhos dou isenção de trabalho, para aquela que cria mais três dou a liberdade. [...] Agindo com tal justiça e consideração, senhor muito contribuiu para o crescimento do seu patrimônio.<sup>37</sup>

---

<sup>36</sup> Illa iam quae etiam in maioribus imperis difficulter custodiunter, considerare debebit, ne aut crudelius aut remissius agat cum subiectis:semperque foveat bonos et sedulos, parcat etiam minus probis, et ita temperet, ut magis eius vereantur severitatem quam ut saevitiam detestentur. Poteritque id custodire, si maluerit cavere, ne peccet operarius, quam, cum peccaverit, sero punire. Nulla est autem vel nequissimi hominis amplior custodia quam quotidiana operis exactio. (XI, 1, 25)

<sup>37</sup> Nam utrumque maxime servare debet, ut et quem pater familias tali poena multaverit, villicus nisi eiusdem permissu compedibus non eximat; et quem ipse sua sponte vinxerit, ante quam sciat dominus, non resolvat; tantoque curiosior inquisitio patris familias debet esse pro tali genere servorum, ne aut in vestiariis aut in ceteris praebitis iniuriose tractentur, quanto et pluribus subiecti, ut villicis, ut operum magistris, ut ergastulariis, magis obnoxii perpetiendis iniuriis, et rursus saevitia atque avaritia laesi magis timendi sunt. Itaque diligens dominus, cum et ab ipsis, tum et ab solutis, quibus maior est fides, quaerat an ex sua constitutione iusta percipiant. Atque ipse panis potionisque bonitatem gustu suo exploret; vestem, manicas, pedumque tegmina recognoscat. Saepe etiam querendi potestatem faciat de iis, qui aut crudeliter eos aut fraudulenter infestent. Nos quidem aliquando iuste dolentes tam vindicamus, quam animadvertimus in eos, qui seditionibus familiam concitant, qui calumniantur magistros suos; ac rursus praemio prosequimur

No excerto acima, identificamos algumas características importantes da relação que o *vilicus* tinha com o seu senhor e com o ambiente ao seu redor. O senhor impossibilitava aos feitores de punir qualquer um dos semelhantes sem saber quais eram as acusações. Diferente de seus antecessores (Catão e Varrão), Columella tinha uma preocupação em não tratar seu escravo como uma mera ferramenta de trabalho como fazia, por exemplo, Catão no século II a.C. O mesmo autor procurava ser parcimonioso dando crédito aos escravos que não eram acorrentados. Um fato interessante que podemos notar ainda neste excerto é que o próprio autor incentivava seus leitores à prática da manumissão. Seguindo estes conselhos o proprietário iria inclusive gerar um aumento do seu patrimônio. A presente descrição nos dá uma visão geral daquilo que se deveria esperar do *vilicus*:

No mais digo em qualquer coisa, que digo a respeito da profissão do capataz, como em vida geralmente de grande valor, em que qualquer um deva realizar se não por ignorância, e ter sempre o desejo de aprender. Pois embora o conhecimento faça bem, especialmente na agricultura, da qual faz parte e é o ponto principal de uma vez por todas qualquer que seja o método de cultivo, embora a ignorância ou a negligência que causou algum efeito errado e pode ser remediado sendo já prejudicada, não pode prejudicar ninguém, não pode render depois de um tempo, para compensar a perda de capital e restaurar o lucro perdido.<sup>38</sup>

O capataz deveria possuir conhecimentos na arte da agricultura para que seu trabalho tivesse o efeito desejado e conseguisse restaurar o lucro que havia se perdido. Nestas condições entende-se que:

Mas quando o clima é considerado saudável e o solo é bom, a supervisão pessoal de uma pessoa nunca deixa de produzir um maior retorno de sua terra, do que faz um colono do que nunca mais do que um supervisor, ao menos do que um

---

eos, qui strenue atque industrie se gerunt. Feminis quoque fecundioribus, quarum in sobole certus numerus honorari debet, otium nonnumquam et libertatem dedimus, cum plures natos educassent. Nam cui tres erant filii, vacatio, cui plures libertas quoque contingebat. Haec et iustitia et cura patris familias multum confert augendo patrimonio. (I, 8, 17-20)

<sup>38</sup> Nam etsi multum prodest scientia, plus tamen obest imprudentia vel neglegentia, maxime in rusticatione, cuius est disciplinae caput semel fecisse, quicquid exegerit ratio culturae; nam quamvis interdum emendata sit perperam facti vel imprudentia vel neglegentia, res tamen ipsa iam domino decoxit nec mox in tantum exuberat, ut et iacturam capitis amissi restituat et quaestum resarciat. (XI, 1, 28)

maior descuido ou cobiça por parte do escravo fique no caminho.<sup>39</sup>

Observamos que quando a propriedade estivesse sob a supervisão de um capataz a terra geralmente teria um bom retorno, seja ela trabalhada por um colono ou por um escravo. De acordo com Matheus Trevizam, “os proprietários romanos de domínios muito vastos, para permitir um trabalho muito intensivo na terra, passaram a explorar racionalmente com o auxílio de vários escravos” (Trevizam, 2006, p. 13). Inclui-se aqui a esposa do *vilicus*, a *vilica*:

Então ela deve trabalhar o que o capataz pode ter poucas atividades para fazer na casa, por que ele tem que sair cedo com os escravos e voltar depois do pôr do sol assim que terminar o serviço. Porém, quando nós fixamos os deveres da casa, o capataz deveria supervisionar os afazeres delegados a ela.<sup>40</sup>

Neste momento, enxergamos uma realidade que até o momento não estava clara. O capataz deveria não somente gerenciar as atividades da vila como os afazeres dos escravos e dos trabalhadores livres; caso fosse necessário ele supervisionaria os afazeres delegados a sua esposa que era uma escrava de confiança que mesmo dentro da *pars urbana* possuía escravos sob a sua supervisão. De acordo com Jesper Carlsen, “o capataz e a sua esposa eram comparados ao senhor e a senhora da propriedade” (Carlsen, 1997, p. 200). O capataz supervisionava as performances dos trabalhadores no campo, enquanto sua esposa era a responsável pelo cuidado das escravas. Como descreve Columella:

---

<sup>39</sup> Ceterum cum mediocris adest et salubritas et terrae bonitas, numquam non ex agro plus sua cuique cura reddidit quam coloni; nonnumquam etiam villici, nisi si maxima vel negligentia servi vel rapacitas intervenit. (I, 7, 5)

<sup>40</sup> Tum elaborare, ut quam minimam operam vilicus intra tectum impendat, cui et primo mane cum familia prodeundum est et crepusculo peractis operibus fatigato redeundum. Nec tamen instituendo vilicam domesticarum rerum vilico remittimus curam, sed laborem eius adiutrice data levamus. Ceterum munia, quae domi capessuntur, non in totum muliebri officio relinquenda sunt, sed ita deleganda ei, ut identidem oculis vilici custodiantur, sic enim diligentior erit vilica, si meminerit ibi esse, cui frequenter ratio reddenda sit. (XII, 1, 3-4)



Agora se tais condições são efetivas, em teatros, exércitos também em navios, não há dúvidas que os deveres da esposa do capataz requeiram ordem e arranjo das coisas que ele armazena em coisas dispersas. Assim quando cada objeto for posto, em seu próprio lugar, ele atrai atenção mais facilmente e se algo está ausente, o espaço vazio ele próprio nos avisa que algo está faltando.<sup>41</sup>

De acordo com a historiadora Ulrike Roth, “o escravo pessoal descrito nos tratados de Catão, Varrão e Columella possui uma clara estrutura de gerenciamento das estruturas impostas por uma hierarquia” (Roth, 2004, p. 102). Cabe à *vilica*:

Sempre que verificar quando os escravos deixam a vila e procurar por aqueles que podem estar trabalhando fora e se alguém como às vezes, acontece, tem se escondido dentro da casa ou escapado da vigilância do seu par, ela deve interrogar as razões dessa preguiça e encontrar se ele está escondido por conta da falta de saúde que o impede de trabalhar ou se escondeu por ócio.<sup>42</sup>

Contudo, para além dessas descrições sobre o trabalho do capataz, pode-se aventar a possibilidade de que o tratado de Columella incorporasse debates políticos mais amplos que tinham lugar no principado neroniano cujo tema principal era a autoridade imperial e seu modo de postar-se diante da aristocracia (Joly, 2003, p. 200). Nesse aspecto, o problema da legitimação do poder é central para a reflexão de Columella sobre os papéis do *vilicus* e do senhor. As linhas acima nos fazem pensar que Columella observa o poder que o senhor havia depositado no *vilicus* em termos macroscópicos, fazendo uma comparação com o poder imperial. Neste aspecto entende-se:

---

<sup>41</sup> Quod si tantum haec possunt vel in theatris vel in exercitibus vel etiam in navigiis, nihil dubium est, quin cura villicae ordinem dispositionemque facilius consideratur cum est assignatum suo loco, et siquid forte abest ipse vacuus locus admoenet, ut quod deest requiratur. (XII, 2, 6)

<sup>42</sup> Illud vero etiam in perpetuum custodiendum habebit, ut eos, qui foris rusticari debebunt cum iam e villa familia processerit, requirat, ac siquis ut evenit curam contubernalis eius intra tectum tergiversans fefellerit, causam desidia sciscitetur, exploretque utrum adversa valetudine inhibitus resterit na prigritia delituerit. (XII, 3, 7)

Mas quem seja destinado a este negócio deve estar ciente sobre ele e ser rígido que ele possa ensinar aqueles sobre suas ordens e conduzir ele próprio as instruções que ele transmite; sem dúvida, nada pode ser dito e aprendido corretamente sem um exemplo. E é melhor que o capataz seja o mestre e não um aprendiz de seus trabalhadores.<sup>43</sup>

Mas para aprofundar esse ponto é preciso analisar como Columella apresenta o proprietário rural da vila romana e como este extrai *status* a partir de sua posse e gerência.

### 3.3. O proprietário rural e seu status social

O objetivo deste último tópico deste capítulo é analisar a relação que Columella procurou estabelecer entre o proprietário rural e o seu status social.

Após estes e muitos variados assuntos, não me escapa se eu demando por aqueles que estão preocupados com o trabalho, o agricultor que procuramos e descrevemos o entusiasmo dos aprendizes será reduzido, por ser desencorajado pela falta de esperança em conduzir tão variada e vasta ciência, eles não desejaram tentar o que eles não desconfiam e não tem habilidade para atingir.<sup>44</sup>

Columella demonstra estar entusiasmado com a relação entre o senhor e o agricultor principalmente com relação aos seus aprendizes. G. E. Fussel afirma que “foram feitos grandes esforços para aumentar o tamanho das propriedades, e para explorá-los por um viés capitalista, mas com o fornecimento de escravos, tornou o problema mais escasso, no entanto, uma grande propriedade pode ser cultivada em pequenas porções” (Fussel, 1967, p. 120). Nestas relações, o próprio Columella sugere que o proprietário deveria cuidar da propriedade com suas próprias mãos:

---

<sup>43</sup> Villicum fundo familiaeque praeponi convenit aetatis nec primae nec ultimae. Nam servitia sic tirinculum contemnunt, ut senem quoniam alter nondum novit opera ruris, alter exequi iam non potest; atque hunc aloescentia negligentem, secectus illum facit pigrum. (XI, 1, 4)

<sup>44</sup> Post hanc tam multarum tamque multiplicium rerum praedicationem non me praeterit, si, quem desideramus agricolam, quemque describimus, exegero a participibus agrestium operum, tardatum iri studia discentium, qui tam variae, tamque vastae scientiae desperatione conterriti, nolent experiri quod se consequi posse diffident. (I, Pref., 28)

Como nós pensamos podemos cultivar nossas próprias terras com nossas próprias mãos e consideramos que não há problema em nomear um supervisor de um homem com grande experiência, ou pelo menos se ele não for inexperiente, aquele que é altivo para que ele possa aprender mais rapidamente do que ele não sabe.<sup>45</sup>

De todo o modo, quando vemos a descrição do senhor da herdade, compreende-se:

Daí estes preceitos de nossa promessa não para trazer ciência para a perfeição, mas para dar uma mãozinha. E ninguém vai se tornar um mestre da agricultura com a leitura destas doutrinas, a menos que ele tem a vontade e os recursos para colocá-los em prática.<sup>46</sup>

O autor é enfático que não basta possuir conhecimentos das doutrinas necessárias para ser um mestre nessa ciência. Columella chama atenção dos seus leitores das terras que eram herdadas dos seus senhores. Sendo assim:

Pois é um velho ditado de Catão que a terra é gravemente maltratada quando seu dono não direciona o que deve ser feito nela, mas escuta seu supervisor. Por isso, deixe de ser a principal preocupação de quem é o dono de uma fazenda herdada de seus antepassados, ou de alguém que pretende comprar algum lugar para saber qual seria o melhor solo a ser utilizado de modo que ela possa se livrar daquilo que é inútil ou comprar uma que possa ser elogiada.<sup>47</sup>

---

<sup>45</sup> Nunc et ipsi praedia nostra colere dedignamur, et nullius momenti ducimus peritissimum quemque villicum facere; vel si nescium, certe vigoris experrecti, quo celerius, quod ignorat, addiscat. (I, Pref., 12)

<sup>46</sup> Quare nostra praecepta non consummare scientiam, sed adiuvere promittunt. Nec statim quisquam compos agricolationis erit his perlectis rationibus, nisi et obire eas voluerit et per facultates potuerit. Ideoque haec velut adminicula studiosis promittimus non profutura per ser sola, sed cum aliis. (I, 1, 17)

<sup>47</sup> Nam illud vetus est [et] Catonis, agrum pessime multari, cuius dominus quid in eo faciendum sit non docet, sed audit villicum. Quapropter vel a maioribus traditum possidenti vel empturo fundum praecipua cura sit scire quod maxime regionis genus probetur, ut vel careat inutili, vel mercetur laudabilem. (I, 2, 2)

Neste aspecto, observamos que Columella retoma uma ideia acerca dos antepassados e o cuidado que o senhor deveria ter principalmente para localizar as melhores propriedades e como identificar seu status social. Neste aspecto, podemos muito bem pensar aquilo que foi relatado por autores como Norbert Elias, em *A Sociedade de Corte*, e Aloys Winterling, em *Politics and society in Imperial Rome*. De acordo com Aloys Winterling, “as relações entre a corte e o imperador eram estabelecidas através de uma relação hierárquica” (Winterling, 2009, p. 59). Desta forma compreende-se:

Além disso, o dono deve ser hospedado tão bem quanto possível em proporção aos seus meios que possa ser mais prazeroso e visitar o campo. E se sua esposa estiver o acompanhando por causa de sua disposição, devido ao sexo que é delicado, ela deve estar com o bom humor para as amenidades de modo a ficar de modo ao seu marido ficar mais contente.<sup>48</sup>

Columella indica para seus leitores que o senhor era o *pater familias* e conseqüentemente tinha semelhanças com a figura do imperador, pois estes tinham seus representantes espalhados por todo o Império. Esta representação fica clara quando analisamos as propriedades romanas. Em outra passagem do mesmo livro Winterling faz a seguinte alusão: “a distinção de uma esfera doméstica que inclui as casas, a dicotomia entre a *domus* e a *res publica* pode ser considerada como um padrão central que os romanos usavam tradicionalmente a descrever sua realidade social e organizar suas relações sociais” (Winterling, 2009, p. 94). Também podemos citar o historiador e sociólogo Norbert Elias que, apesar de não ser um especialista em Império Romano, apresenta uma questão que nos parece muito importante nesse momento. Diz ele que “a autoridade do rei, como senhor da casa, em meio a sua corte, tem um correlato patrimonial, isto é o estado, cujo órgão central é formado pelo domicílio do rei, em seu sentido amplo, portanto da corte” (Elias, 2001, p. 116).

---

<sup>48</sup> Pro portione etiam facultatum quam optime pater familiae debet habitare ut, et libentius rus veniat et degat in eo iucundius. Utique vero, si etiam matrona comitabur, cuius ut sexus ita animus est delicatior amoenitate aliqua merenda erit, quo patientius moretur cum viro. (I, 4, 8)

Nesse caso poderíamos ver um paralelo com Columella. Na passagem acima, nota-se que o senhor mesmo aparecendo esporadicamente em suas propriedades fazia questão de realizar todos os seus feitos ou, caso não estivesse, os capatazes eram os responsáveis. Logo, tendo em vista a questão do status social:

Mas o mestre não deve ser insistente em seus direitos, de uma maneira muito particular ele se conectou aos seus colonos, como o dia exato de seu pagamento, ou a questão da exigência da lenha ou outros serviços insignificantes, além disso, a atenção que é dada aos camponeses, na verdade não devemos reivindicar tudo o que a lei permite.<sup>49</sup>

Neste aspecto, compreendemos que a relação do senhor não era somente com o escravo ligado diretamente a sua propriedade; observa-se a relação direta com os camponeses que necessariamente trabalhavam em terras de outras pessoas. De acordo com Jerzy Kolendo, para além dos pequenos camponeses que cultivavam uma herdade que eram proprietários e dos trabalhadores assalariados, havia os que cultivavam um lote de terra de outrem, pagando ao proprietário o equivalente em dinheiro, espécie ou em mão de obra” (Kolendo, 1992, p. 176). Nas palavras do agrônomo romano:

Não há dúvida que ambas as infrações sejam confirmadas ou fomentadas por culpa do mestre, na medida em que ele tem a autoridade para impedir uma pessoa de ser colocada no comando dos negócios ou para que ele seja removido se assim for colocado.<sup>50</sup>

Avaliamos que o senhor é responsável por muitas questões principalmente como proprietário ele era o responsável pelo gerenciamento de todas as atividades que ocorriam dentro da propriedade.

---

<sup>49</sup> Sed nec dominus in unaquaque re, cum colonum obligaverit, tenax esse iuris debet, sicut in diebus pecuniarum, ut lignis et ceteris parvis accessionibus exigendis, quarum cura maiorem molestiam quam impensam rusticis licet. Nec sane est vindicandum nobis quidquid licet. Nam summum ius antiqui summam putabant crucem. (I, 7, 2)

<sup>50</sup> Quae utraque peccata plerumque vitio domini vel committi vel foveri nihil dubium est; cum liceat aut cavere, ne talis praeficiatur negotio, aut iam praepositus ut submoveatur curare. (I, 7, 5)

Depois destas linhas, podemos observar que o agrônomo romano tratava novamente de fazer referência ao senhor como alguém que possuía liderança sobre sua propriedade:

Após tudo isso ser realizado, não julgo que a distribuição tenha resultados a não ser como já disse, se geralmente o capataz, e também de vez em quando o senhor ou a senhora inspecionem e cuidem para que foi ordenado e executado. Isso é sempre observado nas cidades de bons costumes, onde os primeiros e os melhores não se satisfazem a si mesmos, apenas tendo boas leis, mas escolhem dentre os mais diligentes cidadãos aqueles que os gregos chamam de “guardiões das leis” [*nomophúlakes*]. Cabia-lhes atribuir aos que obedeciam as leis louvor e outras distinções, e, aos que não obedeciam, castigar com penas. Isto agora cabe aos magistrados, guardiões da força da lei por uma constante administração da justiça.<sup>51</sup>

Columella em outra passagem de seu tratado realizou uma comparação do senhor da propriedade como um *imperator*, termo utilizado para designar um chefe militar neste momento é perceptível que o proprietário aparecesse em seu tratado como um guardião das leis, já que para uma determinada comunidade funcionar é preciso que esta comunidade funcione com certa clemência. Em todos estes aspectos, compreendemos a importância da representação do proprietário rural como um guardião das leis romanas.

---

<sup>51</sup> Postremo, his rebus omnibus constitutis, nihil hanc arbitror distributionem profuturam, nisi, ut iam dixi, vilicus saepius et aliquando tamen dominus aut matrona consideraverit animadverteritque, ut ordinatio instituta conservetur. Quod etiam in bene moratis civitatibus semper est observatum, quarum primoribus atque optimatibus non satis visum est bonas leges habere, nisi custodes earum diligentissimos cives <creassent>, quos Graeci nomophylakas appellant. Horum erat officium eos, qui legibus parerent, laudibus prosequi nec minus honoribus, eos autem, qui non parerent, poena multare, quod nunc scilicet faciunt magistratus adsidua iurisdictione vim legum custodientes. Sed haec in universum administranda tradidisse abunde sit. (XII, 3, 10-11)

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em nosso trabalho, procuramos analisar as representações da elite imperial durante o principado neroniano (54 d.C.-68 d.C.) através do tratado agrícola escrito por Lúcio Moderato Columella. Partimos da hipótese de que as vilas rurais que o autor descreveu não eram apenas um mero local de produção econômica, mas igualmente um local para projeção de status social e político.

Com esse intuito, analisamos os livros I, XI e XII, para observar a estrutura hierárquica que existia dentro das propriedades romanas. No primeiro capítulo de nossa dissertação buscamos analisar o debate historiográfico entre modernistas e primitivistas, citando estudiosos como Karl Bücher, Eduard Meyer, Max Weber, Moses Finley, a “Escola de Cambridge” e o marxismo italiano. É importante salientar neste debate uma certa incompatibilidade entre uma racionalidade econômica e uma racionalidade mais propriamente ideológica, visto que os primitivistas negavam a existência do capitalismo no mundo antigo. Para realizar uma crítica dessa postura, citamos autores, como Peter Temin, que postulam que a economia romana em meados do Principado era uma economia de mercado.

No tocante à análise da fonte, centramos nossa leitura na descrição que Columella faz da estrutura de poder na vila, na posição do proprietário e de seu capataz, o *vilicus*. O senhor da propriedade, foi descrito no primeiro livro, era geralmente um cidadão romano com muitas posses. Columella procura traçar sérias críticas aos donos das herdades de seu tempo, já que estes geralmente passavam pouco tempo em suas propriedades, deixando-as na maioria das vezes sob a responsabilidade de seus escravos de confiança.

Notamos a mesma crítica no próêmio do primeiro livro quando o autor sugere aos seus leitores que estes comprassem propriedades próximas da cidade, para que estes mesmos cidadãos tivessem tempo de realizar suas atividades nos fóruns e no campo. O mesmo autor procura traçar as referências idílicas as propriedades rurais tomando como exemplo o modelo de homem republicano, quando os cidadãos dividiam-se entre seus afazeres urbanos e as atividades “gloriosas” do campo. O senhor, mesmo não estando presente em todas as

oportunidades em suas propriedades, zelava pela ordem e pela estrutura hierárquica que ali existia.

Na leitura da fonte, intentamos focar os aspectos políticos da obra, pouco estudado até o presente momento. Com sua experiência como tribuno militar em terras sírias, o autor procurou transpor conceitos militares às propriedades rurais que possuía, atribuindo termos como *imperator* ao dono da propriedade. Isso indica que tais propriedades não eram meros locais de produção, mas sim locais para a obtenção de um determinado *status quo*. Um fator que consideramos essencial em nosso debate foi aquilo que estudiosos como José Ernesto Moura Knust, Terry Eagleton e Ellen Meiksins Wood apostaram como uma “racionalidade ideológica”.

Foi nesse contexto que analisamos a nossa fonte. A hierarquia que existia nas propriedades era inspirada no regimento militar do exército romano, pois o mesmo autor passou longa parte de sua vida ligado ao exército romano. Em segundo lugar, devemos ter em mente qual era o status social dos trabalhadores. Sabemos que estes não eram apenas escravos.

Por fim, chegamos a algumas conclusões: A obra de Columella é extremamente importante para a compreensão do mundo rural romano, não somente pelos aspectos econômicos que nos são oferecidos, mas também pelos aspectos políticos, sociais e morais que nos ajudam na compreensão dos mais diversos ângulos deste texto que acaba sendo instigante e nos ajuda na melhor compreensão do universo romano.



## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

### *Fontes*

COLUMELLA. *On agriculture*. 3 vols. Cambridge: Harvard University Press, 1977. (Loeb Classical Library).

CATO, VARRO. *On agriculture*. Cambridge: Harvard University Press 1979. (Loeb Classical Library).

### *Livros e artigos*

ALFÖLDY, Géza. *História Social de Roma* Tradução: Maria do Carmo Cary. Lisboa: Presença, 1989.

ANDREAU, Jean. O liberto. In: GIARDINA, A. (org.), *O Homem Romano*. Lisboa: Presença, 1992.

ANDREAU, Jean. *L'économie du monde romain*. Paris: Eclipse, 2011.

ANDREAU, Jean. Présentation: Vingt ans après l' *Économie Antique* de Moses I Finley. *Annales, Histoire, Sciences Sociales*, v. 5, n. 5, p. 947-960, 1995.

ANDREAU, Jean. De l'esclavagisme aux esclaves gestionnaires. *Topoi*, 9, p. 103-112, 1999.

BALDWIN, Barry. Columella's sources and how he used them. *Latomus*, v. 22, n. 4, p.785-791, 1963.

BARRIOS, Lazaro Gabriel Lagostena. Columella: una vision de la *uilatica pastio*. In: PUJOL, Luís Pons (org.), *Hispania et Galia: Dos Províncias del Occidente Moderno* Barcelona: Universidade de Barcelona, p. 93-108, 2010.

BODEL, John. Monumental Villas and Villas Monuments. *Journal of Roman Archaeology*, v. 10, p. 5-35, 1997.

BRADLEY, Keith. *Slaves and Masters in the Roman Empire: A Study in Social Control* Oxford: Oxford University, 1987.

BRESSON, Allain & BRESSON, François. Max Weber, la compatibilité rationnelle et l'économie du monde greco-romain. In: BRUHNS, H & ANDREAU, Jean (orgs.), *Sociologie économique et la économie l'antiquité: à propôs de Max Weber*. Paris: Cahiers du Centre de Recherches Historiques, p. 9-31, 1995.

BÜCHER, Karl. *Études d'Histoire et d'Économie Politique*. Bruxelas/Paris: Henri Lamertin Éditeur & Félix Alcan Éditeur, 1901.

CARANDINI, Andrea. Columella's Vineyards and the Rationality of Roman Economy. *Opus*, v. 21, p. 177-202, 1983.

CARLSEN, Jesper. The *vilica* and Roman estate management. In *De Agricultura. In memoriam Pieter Willem de Neeve*. Amsterdã: J. C. Gieben, 1993, pp. 197-205.

CARROL, Peter. Columella the Reformer. *Latomus*, v. 35, n. 4, p. 783-790, 1976.

CARVALHO, Alexandre Galvão. *Economia Antiga: História e Historiografia*. Salvador: Vitória da Conquista: Edições UESB, 2011.

CARVALHO, Alexandre Galvão. *Historiografia e Paradigmas: A Tradição Primitivista Substantivista e a Grécia Antiga*. Tese (Doutorado em História), Programa de Pós-Graduação em História UFF. Universidade Federal Fluminense, 2007

CHAMPLIN, Edward. *Nero*. Cambridge: Harvard University Press, 2003.

CHARTIER, Roger. *A História Cultural entre Práticas e Representações*. Trad. Maria Manuela Galhardo São Paulo: Difusão Editorial, 1990.

DEININGER, J. A teoria econômica dos Estados antigos: a questão do capitalismo na Antiguidade na visão de Weber. *Tempo social*, v. 24, n. 1, p. 61-84, 2012.

DUMONT, Jean Christian. La villa esclavagiste?. *Topoi*, 9, 1999, pp. 113-127.

EAGLETON, Terry. *Ideology: an Introduction* London: Verso, 1991.

ELIAS, Norbert. *A Sociedade de Corte. Investigação sobre a Sociologia da Realeza e da Aristocracia de Corte*. Trad. Pedro Sússekind. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

EVANS, John K. *Plebs Rustica: The Peasantry of Classical Italy*. *Journal of Ancient History*, v. 3, p. 134-173, 1980.

FAVERSANI, F. As relações interpessoais sob o Império Romano: uma discussão da contribuição teórica da Escola de Cambridge para o estudo da sociedade romana. In: CARVALHO, Alexandre Galvão (org.). *Interação social, reciprocidade e profetismo no mundo antigo*. Vitória da Conquista: Edições Uesb, p. 19-42, 2003.

- FINLEY, Moses I. *A Economia Antiga*. Lisboa: Afrontamento, 1986.
- FORNELL MUÑOZ, Antônio. La villa según los agrónomos latinos y su constatación arqueológica em Andalucía. *Humanitas*, p.1-19, 2002.
- FOSTER, E.S. Columella and his Latin treatise on agriculture. *Greece & Rome*, v. 19, n. 57, p. 123-128, 1950.
- FOXHALL, Lin. The Dependent Tenant: Land Leasing and Labour in Italy and Greece. *The Journal of Roman Studies*, v. 80, p. 97-114, 1990.
- FRANK, Tenney. *An Economic History of Rome*. New York: Bartoche Books, 2004.
- FRAYN, Joan. Subsistence Farming in Italy during the Roman Period: A preliminary Discussion of Evidence. *Greece & Rome*, v. 21, n. 1, p. 11-18, 1974.
- FUSSEL, G. E. Farming Systems of Classical Era. *Technology and Culture*, v. 8, n. 1, p. 16-44, 1967.
- GARNSEY, Peter & SALLER, Richard. *The Roman Empire: Economy, Society and Culture*. Los Angeles: University of California Press, 1987.
- GODELIER, Maurice. *Rationality and Irrationality in Economics*. New York: Monthly Review Press, 1972.
- GRIFFIN, Mirian. *Nero: the end of dynasty*. London: Routledge, 2001.
- GRIFFIN, Mirian. *Seneca: A Philosopher in Politics*. Oxford: Clarendon Press, 2003.
- GRIGOROVITCHS, Tamara. *Um outro Espírito, um outro capitalismo O papel da economia antiga na tipologia do capitalismo em Max Weber*. Tese de doutorado em Sociologia, Faculdade de Filosofia, Letras e ciências Humanas, Universidade de São Paulo, USP, 2012.
- GRIMAL, Pierre. *O Império Romano*. Lisboa: Edições 70, 1999.
- GUARINELLO, Norberto Luiz. *Ruínas de uma Paisagem: Arqueologia das Casas de Fazenda na Itália Antiga (Século VII a.C.-II d.C)*. Tese de Doutorado em Arqueologia, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, USP, 1993.
- GUARINELLO, Norberto Luiz. Economia Antiga e a Arqueologia Rural – Algumas Reflexões. *Clássica*, v. 7/8, p. 271-283, 1995.
- GUARINELLO, Norberto Luiz. Uma Morfologia da História: As formas da História Antiga. *Politeia*, v. 3, n. 1. p. 41-62, 2003.

JOLY, Fabio Duarte. Moses Finley e a Escravidão Antiga. In: CARVALHO, Alexandre Galvão (org.), *A Economia Antiga: História e Historiografia*. Vitória da Conquista: Edições UESB, p. 73-94, 2011.

JOLY, Fabio Duarte. *A escravidão na Roma antiga*. São Paulo: Alameda Casa Editorial, 2005.

JOLY, Fabio Duarte. Espaço, Poder e Escravidão no De Re Rustica de Columella. *Revista Brasileira de História*, v. 23, n. 45, p. 281-299, 2003.

JOLY, Fabio Duarte. Capitalismo e Burocracia: Economia e Política nas Relações Agrárias de Max Weber. *Revista de História*, v. 140, p. 9-22, 1999.

JOLY, Fabio Duarte. *Libertate Opus est. Escravidão, Manumissão e Cidadania à época de Nero (54 d.C. 68 d.C.)*. Curitiba: Editora Progressiva, 2010.

JOLY, Fabio Duarte *A Escravidão na Roma Antiga, política, economia e cultura*. São Paulo, Alameda Casa editorial, 2005.

KALBERG, Stephen. Types of Rationality. Cornerstones for the analyses of Rationalization Process in History. *American Journal of Sociology*, v. 85, n. 5, p. 1145-1179, 1980.

KEHOE, Dennis P. The Early Roman Empire: Production. In: SCHEIDEL, Walter; MORRIS, Ian; SALLER Richard (orgs.), *The Cambridge Economic History of Greco Roman World*. Cambridge: Cambridge University Press, 2008, p. 543-569.

KEHOE, Dennis P. *Law and the Rural Economy in the Roman Empire*. Ann Harbor: University of Michigan Press, 2007.

KNUST, José Ernesto Moura. Senhores de Escravos, Senhores da Razão: Racionalidade Ideológica e a Villa Escravista na Republica Romana (Século II a.C. Século I a.). Dissertação de Mestrado em História, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia. Universidade Federal Fluminense, UFF, 2011.

KOLENDO, Jerzy. O Camponês. In: GIARDINA, A. (org.), *O Homem Romano*. Lisboa: Presença, p. 15-40, 1992.

KOLENDO, Jerzy. *L'agricoltura nell'Italia Romana Tecniche agrarie e progresso econômico dalla tarda Republica al Principato*. Roma: Editora Riuniti, 1980.

LAVAN, Myles. The Empire in the Age of Nero. In: BUCLEY, Emma & DINTER, T. Martin *A Companion to the Neronian Age*. Oxford: Wiley Blackwell, p. 65-82, 2013.

LEVÊQUE, Philippe. Introduction: les incertitudes du terme *villa* et la question du *vicus* en Gaule Narbonnaise. *Revue archéologique de Narbonnaise*, t. 35, p. 5-26, 2002.

LOVE, John. *Antiquity and Capitalism: Max Weber and the Sociological Foundation of Roman civilization*. London and New York: Routledge, 1999.

MAROTI, Egon. The *vilicus* and the villa-system in ancient Italy. *Oikumene*, 1, p. 109-124, 1976.

MARQUESE, Rafael de Bivar. *Feitores do Corpo, Missionários da Mente. Senhores Letrados e o Controle dos Escravos nas Américas 1660-1880*. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

MARTIN, René. *Familia rustica: les esclaves chez les agronomes latins*. *Annales Littéraires de l'Université de Besançon*, 163, p. 267-297, 1974.

MARTIN, René. *Recherches sur les agronomes latins et leurs conceptions économiques et sociales*. Paris: Belle Lettres, 1971.

MARZANO, Annalisa. *Roman Villas in Central Italy A Social and Economic History*. Leiden & Boston: Brill, 2007.

MEYER, Eduard. *El Historiador y La Historia Antigua*. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 1955.

MORLEY, Neville. *Approaching the Ancient World. Theories, Models in Ancient History*. Cambridge: Cambridge University Press, 2008.

MORLEY, Neville. *Metropolis and Hinterland. The City of Rome and Italian Economy 200 B.C-200 A.D.* Cambridge: Cambridge University Press, 1996.

NASSIF, Mohammed. *Ancient Athens and Modern Ideology*. London: Institute of Classical Studies, 2005.

NOË, Eralda. *Il progetto di Columella. Profilo sociale, economico, culturale*. Como: Edizioni New Press, 2002.

NOGUEIRA, Ângela Maria. *Villa x Intramurani. A Atividade Produtiva no Mundo Antigo na Perspectiva de Columella*. Trabalho de Conclusão de Curso em História, Universidade Federal do Paraná, 2006.

PALMEIRA, Miguel Soares. *Moses Finley e a Economia Antiga: A produção social de uma inovação historiográfica*. Tese de Doutorado em História, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, USP, 2008.

POLANYI, Karl. *A Grande Transformação A Origem de nossa época*. Trad. Fanny Wrobel. Rio de Janeiro: Campus, 2000.

REAY, Brendon *Cato's De agri cultura and the spectacle of Expertise In: Roman Republican Villas Architecture, Context and Ideology* Jeffrey A. Becker & Nicola Terrenato University of Michigan p120-150,2012

REITZ, Christiane. Columella, *De Re Rustica*. In: BUCKLER, Emma & DINTER, Martin T. (orgs.), *A Companion to the Neronian Age*. Oxford: Wiley Blackwell, p.275-287, 2013.

ROLLER, Mathew. *Constructing Autocracy: Aristocrats and Emperors in Julio Claudian Rome*. Cambridge: Cambridge University Press, 2001.

ROSAFIO, Pasquale. Slaves and coloni in the villa system. In: CARLSEN, Jesper (ed.). *Landuse in the Roman Empire*. Roma: L'Erma di Bretschneider, p. 145-158, 1994.

ROSTOVTZEV, Michail. *Historia Economica y Social del Imperio Romano*. Trad. Luiz Lópes Ballesteiros. Madrid: Espalsa Calpe, 1986.

ROTH, Ulrike. Inscribed Meaning: The Villica and the Villa Economy. *Papers of the British School at Rome*, v. XXII, 2004.

SCHEIDEL, Walter. Slavery in the Roman Economy. *Stanford Working Papers in Classics*, September 2010. Disponível em <http://www.princeton.edu/~pswpc/pdfs/scheidel/091003.pdf>.

SCHIAVONE, Aldo. *Uma História Rompida: Roma Antiga e Ocidente Moderno*. Trad. Fábio Duarte Joly. São Paulo: EDUSP, 2005.

SEMPLE, Ellen Churchill. Ancient Mediterranean agriculture. *Agricultural History*, v. 2, n. 2, p. 61-98, 1928.

STEINER, Grundy. The Fortunate Farmer: Life on a Small Farm in Ancient Italy. *The Classical Journal*, v. 51, n. 2, p. 57-67, 1955.

TEMIN, Peter. A Market Economy in the Early Roman Empire. *Discussions Papers in Economic and Social History*, Universidade de Oxford n. 39, Março de 2001.

TERRENATO, Nicola. The Auditorium Site in Rome and the origins of the villa. *Journal of Roman Archaeology*, v. 14, p. 5-32, 2001.

THÉBERT, Yvon. O Escravo. In: GIARDINA, A. (org.), *O Homem Romano*. Lisboa: Presença, p. 120-150, 1992.

TOZZI, G. *Economistas Griegos y Romanos*. Mexico: Fondo de Cultura Económica, 1986.

TREVIZAM, Matheus. *Linguagem e Interpretação na Literatura Agrária Latina*. Tese de doutorado em Linguística, Unicamp, 2006.

VEYNE, Paul. O Império Romano. In: DUBY, G. (org.), *História da Vida Privada: Do Império Romano ao ano mil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

WEBER, Max. *A História Agrária Romana*. Trad. Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, s/d.

WEBER, Max. *Economia e Sociedade: Fundamentos da Sociologia Compreensiva*. Trad. Régis Barbosa e Karen Elsebe Barbosa. Brasília: UNB, 1994.

WEBER, Max. *Sociologia*. In: COHN, Gabriel (ed.), *Max Weber*. São Paulo: Editora Ática, 2003.

WEBER, Max. *Storia Economica e Sociale dell'Antichità*. Trad. Bianca Spagnuolo Vigorita. Roma: Editora Riuniti, 1981.

WIEDEMANN, Thomas E. The Regularity of Manumission at Rome. *Classical Quarterly*, v. 35, p.162-175, 1985.

WHITE, K. D. *The Roman Farming*. New York: Thames Hudson, 1970.

WINTERLING, Aloys. *Politics and Society in Imperial Rome*. Oxford: Wiley Blackwell, 2009.

WOOD, Ellen Meiksins. *Democracy against capitalism. Renewing Historical Materialism*. Cambridge: Cambridge University Press, 1995.

ZANNIER, Marie Pierre. *Paysages du Grande Domaine et Norms Agronomiques de Caton à Pline l'ancien*. Tese de doutorado em História, Universidade do Maine, 2007.